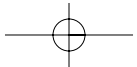
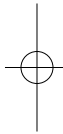
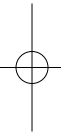
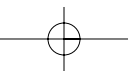
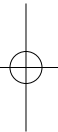
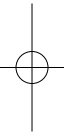




26 de julho





3. MESA 2 - POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

CLAUDIO SALM, moderador. Temos nesta mesa a presença de Tony Addison, da Universidade de Manchester, que abordará a realidade da pobreza crônica em um mundo de riqueza; de Andras Uthoff, da CEPAL, que falará sobre as políticas de combate à pobreza no contexto da globalização. A seguir, Élvio Lima Gaspar, diretor da Área de Inclusão Social e Crédito do BNDES, vai falar sobre o papel do Banco no combate à pobreza; nossa querida Laís Abramo, diretora da OIT no Brasil, exporá a agenda de trabalho decente para o combate à pobreza e à desigualdade social; Terry Mckinley, diretor do Centro Internacional da Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, falará sobre os desequilíbrios globais e o redirecionamento das redes globais de poupança para a redução da pobreza, e no final, teremos um rápido comentário do embaixador Ilari Rantakari, sobre o papel do Processo de Helsinque na luta contra a pobreza no contexto da globalização.

TONY ADDISON. (ver PowerPoint à p. 271) Agradeço ao Centro Celso Furtado o convite para participar deste importantíssimo seminário e por nos receber. Muitos de vocês já ouviram falar em Manchester graças ao celeberrimo clube de futebol Manchester United. Bem, não jogo no Manchester United, sou da Manchester University, onde temos o Centro de Pesquisas sobre Pobreza Crônica, que focaliza alguns dos povos mais pobres do mundo, e é por isso que vou lhes falar um pouco sobre o amanhã, o melhor, sobre o mundo de hoje.

O debate de ontem mostrou como o mundo está mudando e, de acordo com o que foi dito, pode-se concluir, com certeza, que há poucos ricos no mundo, mas que eles vão bem. Nos últimos vinte anos, presenciamos a liberalização do mercado — isto é, vimos o poder econômico pender do trabalho para o capital, e presenciamos a alavancagem mesma do capital, através dos mercados financeiros. Vimos, num boom de fusões e aquisições, o capital crescer no mundo financeiro da economia. Vimos o capital aumentar o seu poder político através do financiamento político dos partidos e também da mídia, tanto nas velhas democracias quanto nas novas. Logo, podemos concluir em caráter definitivo que o mundo vai bastante bem para os ricos e isso fica evidente se examinarmos o aumento das desigualdades a partir de 1980.

Existe um mapa — vocês podem ver na tela do PowerPoint —, feito pela instituição onde trabalhei antes, o WIDER (Instituto Mundial para o Desenvolvimento de Pesquisas Econômicas), de Helsinque, que mostra a eficácia genética dos fatores mais comuns de desigualdade no globo: os países em vermelho representam o máximo em desigualdade. Não surpreende que a América Latina esteja no grupo vermelho. A África também tem vários países ali, como a África do Sul. Em muitos desses países, a desigualdade aumentou nos últimos vinte anos, refletindo o aumento da riqueza.

E quanto aos pobres? Pois essa é a nossa preocupação. Os povos cronicamente pobres têm vivido na pobreza há um longuíssimo tempo, se não por toda a vida! Eles legam pobreza às gerações subseqüentes. Pesquisas na Índia demonstram que, caso se faça um levantamento estatístico entre os cronicamente pobres, é de 66,66% a probabilidade de que seus filhos sejam cronicamente pobres ao atingirem a idade adulta. Muitos deles morrem de uma *causa mortis* relacionada à pobreza e passível de prevenção na prática. Morrem de doenças comuns para cuja prevenção bastaria uma certa assistência médica. Em uma inspeção, junto a um determinado grupo de mulheres de Uganda — um grupo de mulheres deficientes, que foi entrevistado para o primeiro relatório da pesquisa sobre pobreza crônica — elas diziam: pobreza crônica é a pobreza que está presente e que jamais cessa, que bate na gente com força, como a chuva da estação chuvosa, e por muito tempo. Mas a chuva um dia pára, e a pobreza crônica, não. Portanto, a nossa preocupação maior está relacionada com os muito mais pobres.

Como eu disse, esses são povos multiplamente desfavorecidos no que tange à saúde, às deficiências interagindo com má saúde, interagindo com a pobreza, levan-

do à incapacidade de se ter uma vida efetivamente decente, à baixa renda, e à pouca educação para os filhos. Infelizmente, as mulheres são majoritárias nesse grupo dos pobres crônicos. Os índices de mortalidade materna são altíssimos entre os povos cronicamente pobres. E nós temos centenas de milhões de mulheres que morreram ou cuja saúde familiar sofre desproporcionalmente, por causa da pobreza crônica.

Quando pensamos no mundo da riqueza, temos que pensar também no mundo dos países cronicamente desfavorecidos. E muitos desses países, os mais desfavorecidos, estão na África, são esses doze países que, vocês podem ver na tela, vão de Burkina Faso à Tanzânia. Eles são multiplamente desfavorecidos e em várias dimensões. Pobreza não é só a falta de renda, é também o grave atrofiamento da infância, é também o alto índice da mortalidade; é o analfabetismo generalizado entre as mulheres, é morrer antes dos 40 anos, é sobreviver com um dólar por dia.

A pobreza crônica ao redor do mundo

Temos um total de 300 e 420 milhões de pobres crônicos, no mundo de hoje. O sul da Ásia responde pelo maior contingente (de 135 a 190 milhões), por causa do tamanho das populações no sul asiático, sendo seguido pela África subsaariana. Existe ainda profunda pobreza crônica na China (40 a 65 milhões), apesar de todo o crescimento econômico que tem ocorrido nos últimos dez anos. Na América Latina, há menos pobreza crônica em termos numéricos (16 a 23 milhões), mas, se olharmos para a percentagem dos cronicamente pobres dentre o total de pobres na América Latina, a pobreza crônica é muito grande, especialmente, como discutimos ontem, no Nordeste do Brasil, nos planaltos da Bolívia etc. Estamos hoje andando para trás... E há também pobreza crônica na Europa e na Ásia Central, refletindo programas econômicos de transição que frequentemente favoreceram os ricos em detrimento dos cronicamente pobres.

Portanto, ao examinarmos o mapa mundial em termos de pobreza crônica, vemos que esse mapa é algo diferente dos costumeiros. Vemos a Ásia meridional repleta de massas de cronicamente pobres. Vemos a Nigéria, o país mais populoso da África. Aliás, a África tem o predomínio da pobreza crônica. Na América Latina, temos um caso especialmente grave na região das Antilhas, em contraste, aliás, com o resto do continente. Dizer que a América Latina é relativamente desfavorecida não significa que ela não tenha enormes problemas de pobreza, mas sim que a quantidade dos cronicamente pobres é ali de certa forma, digamos, menor do que na Índia ou na África.

Bem, e como se travará a luta contra a pobreza crônica em nosso mundo globalizado? Creio que nesse campo há boas e más notícias. Infelizmente, as más superam as boas. Temos, admitamos, um sistema internacional fraco e falho, um sistema que, cada vez menos, assume a obra política e econômica de combater a pobreza crônica. Podemos ver isso pelo lado político, pela contenção dos conflitos violentos: na situação atual do Oriente Médio, especialmente no Líbano, uma bem-sucedida reconstrução pós-conflito foi uma vez mais esmagada, com a retomada do conflito, levando muita gente à pobreza e afundando os cronicamente pobres ainda mais na pobreza. Há situações instáveis no Afeganistão, no Saara ou na Libéria. Os êxitos dessa luta modestos. O sistema da ONU — e o sistema Bretton Woods —, montado após a Segunda Guerra mundial, refletia o interesse das grandes potências, mas não reflete a economia global de hoje das potências emergentes; e os problemas atuais são frequentemente transnacionais em sua natureza. Os cronicamente pobres são especialmente afetados pelas mudanças climáticas globais, pois moram em áreas cujas condições são ecologicamente adversas, sujeitas à seca e às inundações. Portanto, muitos desses problemas não estão sendo abordados eficientemente por um sistema internacional tão fraco quanto falho.

Em segundo lugar, os problemas tendem a ser divididos em “silos”, que separam a política e a economia. A origem de meu currículo, por exemplo, é a economia. Muitos de vocês têm currículos de origem política. Mas creio que, ao menos em um ponto, podemos falar em uníssono: existe demasiada compartimentação dos problemas, em “silos” de economia e de política. Ao invés dessa divisão, nós precisamos é considerar as dimensões políticas globais da redução da pobreza crônica, especialmente ao abordarmos questões de envergadura, como a OMC, como o comércio que, no conjunto, simplesmente entrou em colapso! Alguns de vocês talvez encarem esse colapso como favorável, alguns talvez o encarem como desfavorável, mas nada disso, com certeza, é bom sinal para as perspectivas de uma cooperação internacional em termos de redução da pobreza via comércio e desenvolvimento.

Muitos dos tratados comerciais negligenciam o impacto sobre os países pobres e as sociedades pobres. Nós sabemos, por exemplo, que os cronicamente pobres são muito vulneráveis aos aumentos de preço dos alimentos. Se você é mulher e tem família grande, talvez ganhando o próprio sustento, se tem pouquíssimos recursos, se vai todo dia ao mercado para comprar comida para sua

família, você é muito mais vulnerável aos choques nos preços de alimentos. Estamos vendo hoje grandes mudanças na estrutura proposta para o comércio internacional no que se refere à agricultura. Algumas dessas mudanças irão beneficiar os agricultores mais ricos, algumas irão beneficiar fazendeiros com estoques excedentários a serem vendidos, algumas irão beneficiar os agricultores pobres. Mas os cronicamente pobres e muitos dos que têm de comprar comida no mercado poderão muito bem vir a sofrer com a maior instabilidade dos preços dos alimentos, em consequência dos acordos comerciais mundiais que vêm sendo promovidos na área agrícola. Portanto, nem tudo é boa notícia para os cronicamente pobres. E, mais uma vez, isso reflete o modo como dividimos os problemas em “silos”, sem pensar com profundidade suficiente como a economia afeta a política, e como ela interage com a política da pobreza crônica.

Em terceiro lugar: sabemos que o crescimento econômico não é suficiente para acabar com a pobreza extrema. É magnífico estarmos vendo crescimento econômico, mais uma vez, na América Latina e na África, mas muitos vivem em regiões cronicamente desfavorecidas, regiões sob graves pressões ambientais. Eles não têm acesso à infraestrutura, não têm acesso a mercados de exportações, e ganham a vida fora dos principais mercados formais de mão-de-obra. São pessoas que o sucesso do crescimento econômico nem sempre atinge. Portanto, o crescimento econômico é essencial para que o desenvolvimento nacional tenha êxito, mas quando se trata de pobreza crônica, ele simplesmente não é suficiente.

Então, do que realmente precisamos? Gostaria de voltar a um tema que considero crucialmente importante e que esteve ausente da maioria dos debates, a saber: a taxação dirigida para os gastos com o desenvolvimento e a redução da pobreza. E esse é também uma forma de se avaliar os Estados, pois o modo como um Estado gere suas finanças públicas é um sinal que ele dá ao resto do mundo, isto é, ele sinaliza se leva a pobreza e o desenvolvimento a sério, ou não. A taxação dirigida para os gastos com o desenvolvimento é e será, na verdade, uma de nossas preocupações centrais no trato com esses conflitos, hoje e amanhã.

Uma das boas coisas geradas efetivamente pelo crescimento econômico, mesmo quando os benefícios desse crescimento são desiguais, é que ele faz aumentar o número dos contribuintes. O crescimento econômico aumenta o montante da renda em potencial, através do imposto de renda, do IVA, dos impostos sobre as vendas etc. Permite que os governos agilizem os gastos públicos em prol dos pobres. Este é, a meu ver, o papel crucial do crescimento

econômico. Mas, para gerar tal renda e transformá-la em verbas em favor dos pobres, são necessárias instituições fiscais eficientes, é necessário um sistema eficiente de gastos públicos, para que o dinheiro seja gasto com sabedoria. E, como sabemos, muitos países, especialmente na África subsaariana, têm lutado pela construção de tais sistemas que mobilizem rendas através de, por exemplo, impostos sobre a propriedade e sobre a renda, para que, depois, seja possível a transferência desses rendimentos para a promoção de melhor educação, melhor assistência social e assim por diante, até se chegar às pessoas cronicamente desfavorecidas.

Permitam-me argumentar aqui em favor do modelo nórdico. A vocês, que participam aqui do Processo de Helsinque, quero dizer que vivi por oito anos, como um inglês, na Finlândia, e que, portanto, conheço bastante bem o modelo nórdico. O que me impressionou muito na Escandinávia e na região nórdica foi o fato de que os países ali cresceram com muito vigor, sendo dotados de um dinâmico setor privado — ainda não é o caso da Finlândia, mas é o da Suécia —, e, no entanto, souberam transformar esse crescimento em elevação da renda pública. E souberam transferi-la ao Estado, que por sua vez construiu sistemas inclusivos de proteção social e de educação, alcançando com isso a maioria da população e integrando-a ao mercado de trabalho, de modo que todos podem participar do recente crescimento do mercado. Assim, a história do modelo nórdico é a história de um setor privado muito criativo e capaz, que soube produzir crescimento econômico, o qual, por sua vez, gera uma renda que alimenta eficientíssimos gastos estatais visando à redução da pobreza. Acho o modelo muito interessante para as nossas sociedades de hoje, especialmente para os países menores, que são muitos.

Mais dois pontos apenas, antes de concluir, pois o tempo é curto: taxaço e verbas são, com certeza, a resposta certa. Elas são de fato cruciais para a construção do Estado, especialmente na África, e para a redução da pobreza. Mas não se pode ter taxaço sem uma efetiva representação política. Taxaço e democratização andam de mãos dadas. Democratização significa que as pessoas sabem como seu dinheiro está sendo arrecadado e no que está sendo gasto. Logo, taxaço e gastos públicos são centrais no processo de democratização.

E um bom sistema fiscal de qualidade também é essencial para satisfazer efetivamente os ODMs. O *debt relief*, isto é, o desagravo fiscal em alívio das dívidas externas oficiais, especialmente a dívida africana, é, em última análise, uma transferência de recursos de Estado para Estado. Ele só funcionará efetiva-

mente se houver pressões para obter tais resultados através de um sistema fiscal meticuloso e eficiente até mesmo em nível dos gastos com escolas, hospitais e redução da pobreza, especialmente entre os cronicamente pobres. Logo, embora nós ainda precisemos mobilizar muito mais ajuda, embora continuemos com a campanha pelo *debt relief*, é preciso reconhecer que, nos países devedores, especialmente da África, o sistema fiscal é a chave absoluta para conseguirmos que esse dinheiro funcione eficazmente em prol do crescimento adequado e dos cronicamente pobres.

Meu terceiro argumento, enfim, é a necessidade de se construir o sistema fiscal não só em nível nacional, por mais importante que este seja, mas em nível mundial, pois enfrentamos desafios enormes em escala global. Eu mencionei as mudanças climáticas, fenômenos que afetam tanto o mundo rico como o mundo pobre e, em especial, os cronicamente pobres, por causa de sua vulnerabilidade à seca e às inundações. Para promover as ações nessas áreas, precisamos, repito, de um sistema fiscal; mas, desta vez, de um sistema fiscal internacional que mobilize receitas em escala internacional e as transfira para os bens públicos globais. Tomemos o exemplo dos impostos ecológicos: a taxa ambiental reduz um mal ecológico como, por exemplo, as mudanças climáticas, graças a impostos sobre emissões de carbono, mas ela também mobiliza, através do imposto, mais renda, que pode então ser transferida para os pobres e para os gastos com o desenvolvimento. Em outras palavras, esses impostos têm um duplo dividendo: tratam do problema ambiental, das mudanças climáticas, e também agenciam financiamento para o desenvolvimento e a redução da pobreza crônica.

Há outros mecanismos para se fazer isso, dos quais falaremos na sessão de amanhã, mas quero deixar em todos vocês a impressão de que não poderemos ter governança global efetiva para resolver a questão da pobreza e dos bens públicos globais sem um eficiente sistema fiscal internacional.

Minha conclusão é que nada do que está nesta agenda, que é muito democrática, poderá ser alcançado sem enfrentarmos os problema do poder e da riqueza do mundo tal como os vemos hoje. Haverá solução à vista se se construírem sistemas fiscais progressivos pelos quais os mais ricos pagarão montantes igualmente progressivos de sua renda para ser usados no alívio à pobreza. Mas construir esse poder também significa um desafio em nível internacional para o sistema das Nações Unidas. Significa que coligações de nações querem tomar providências efetivas para a solução de importantes problemas globais. Felizmente, vimos, só nos dois últimos anos, especialmente graças às lideranças de

países como Brasil, França, Espanha, ações internacionais na ONU tentando pressionar a implantação da agenda do financiamento inovador ao desenvolvimento. Assim, se insisti que havia más notícias (muitas) no ar, a verdade é que também temos algumas boas iniciativas para relatar.

Acho que isto vai direto ao ponto abordado por Celso Furtado no documentário que vimos ontem: a questão das inter-relações entre a política e a economia do desenvolvimento. Precisamos de um casamento muito mais íntimo entre essas duas disciplinas, em nossas preocupações com o tratamento para a pobreza crônica no mundo de hoje. Muito obrigado.

CLÁUDIO SALM. Passo a palavra ao professor Andras Uthoff.

ANDRAS UTHOFF. *(ver PowerPoint à p. 273) Bien, voy a retomar el idioma de la región, el español. Es para mi un gran honor poder representar la CEPAL en una conferencia del Centro Celso Furtado, pero también un gran desafío, porque quienes hemos permanecido a CEPAL después que personas como Celso Furtado ya no estaban, quedamos con el desafío de la pregunta de que las transformaciones no se han hecho con la velocidad intensiva que se debían hacer, y que las transformaciones que se han hecho no están dando resultado.

Yo quiero basar mi presentación en Power Point en varios documentos institucionales de la CEPAL. Fundamentalmente, han tres: un que habla del logro y del desafío de las Metas del Milenio; otro que es de la era de José Antonio Campo, sobre globalización, desarrollo y equidad; y, finalmente, uno que produjimos y que se llama “La protección social dedicada al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad”. Yo creo que estas tres palabras — acceso, financiamiento y solidaridad —, son la parte del desafío de una región relativamente subdesarrollada y con altísimo nivel de desigualdad.

América Latina no es una región que requiera atención en términos de la pobreza crónica, excepto por algunos países que, según Tony Addison, expanden de América Latina al Caribe y que podrían ser Haití y también Honduras, Guatemala y Bolivia. Nuestra región es de ingreso medio y, en consecuencia, tendremos dificultades para que se diera la fuente de financiamiento oficial para desarrollo y debemos enfrentar los mercados internacionales con una alta volatilidad y segmentación. Esto sí es una realidad que tendremos que consi-

* Transcrição em castelhano não revista pelo palestrante.

derar, porque impacta el devenir económico. Segundo, es una región de alta desigualdad y, en consecuencia, de la mayor incidencia de la pobreza y de mayores tasas de crecimiento necesaria para poder la superar. Tercero, es una región donde ha habido cierta disciplina para seguir las recomendaciones, en la décadas de 80 y 90, de las instituciones financieras internacionales. Se hicieron muchas reformas pro-mercado, pero hubo importantes fallas de regulación y supervisión que han dejado grandes desastres en el área financiera y también en el área de protección social y el acceso a ello. Una región de bajo tamaño del Estado, y de bajo nivel de gasto publico por persona.

Tenemos, en promedio, un ingreso per capita de cinco veces las regiones mas pobres, pero también cinco veces menores que de las regiones más desarrolladas. Lo que llama la atención en la América Latina es que persiste un alto índice de desigualdad; estos son los coeficientes de Gini y, como insinuaba la presentación de Tony, aquí los índices de Gini de América Latina son extremamente altos, lo que indica que la diferencia entre ricos pobres es enorme. Aquí están los indicadores de base de distintas reformas financieras, comercial, que seguimos como consecuencia de las recomendaciones de las instituciones financieras internacionales. Se nota que un avance fue significativo, pero, por otro lado, hubo una reducción del papel del Estado a través del gasto.

¿Qué significa esto en el contexto de la globalización? Primero, que frente a esa aventura que nos dieran, nuestras economías sufrieran una fuerte vulnerabilidad, y las políticas macroeconómicas siguieran una proclividad: cuando había un auge, había un aumento de gastos; cuando había una crisis, una disminución de los gastos, afectando las posibilidades de las políticas públicas para reducir la pobreza. Segundo, también hubo muy débiles políticas de desarrollo productivo, lo que generó al mercado de trabajo alta precariedad, desintegración social y pobreza. Se habla que en los últimos veinte años, de cada puesto generado, aproximadamente, en América Latina, siete han sido generado en el sector informal, ó en el sector formal con mucha precariedad. Tercero, había una falta de regulación para abordar fallas del mercado, por ejemplo. Y vamos a observar algunas gráficas en que las modernizaciones que se hicieran en la protección dieran de nuevo la protección al sector de alto ingreso y muy mal a lo de bajo ingreso.

Estas son, sucesivamente, algunas ilustraciones para demostrar puntos. El promedio del PIB para América Latina ha sido bajo: ha tenido un período de alza y de baja. El gasto público ha seguido una serie totalmente pro-cíclica. América Latina tuvo

una vulnerabilidad en el acceso a los mercados: en la medida en que la economía crecía, hubo un incremento en los gastos; cuando advenía el crisis, se disminuían los gastos y, en consecuencia, nuestra política fue totalmente pro-cíclica, en vez de ser contra-cíclica. Respecto la crisis de la deuda, se partió de un nivel de ingreso per capita y un nivel de pobreza aproximadamente de 40%. En la crisis de la deuda, no solo gaño el ingreso per capita, sino que aumentó la incidencia de la pobreza. La región ha venido recuperándose a través del crecimiento magro, como vemos acá, del nivel de ingreso per capita, pero el nivel de pobreza es superior.

En ciertos países — esto fue el caso del Chile — se hicieran reformas totalmente radicales en la protección social. Este es el sistema tan famoso y conocido de capitalización individual. Mucha gente tiene que protegerse con gastos de bolsillo o a través de la familia. No tenemos un sistema que esté protegiendo a la mayoría de la población. ¿Qué significa eso en algunas cifras? Estos son, obviamente, promedio para la América Latina; la situación, como se ve ahí, es muy heterogénea. Cuatro de cada diez trabajadores ocupados aportan a la seguridad social, seis de cada diez no lo hacen; cuatro de cada diez mayores de setenta reciben ingreso por jubilación o pensión, el resto no lo hace, tiene que vivir de otra forma; y cuatro de cada diez personas viven en condiciones de pobreza. Esto es tremendamente heterogéneo y hay ahí variaciones entre países; no todos los países muestran la misma realidad.

La hipótesis de trabajo en la CEPAL es la siguiente: el Estado del bienestar basado en la sociedad del trabajo ha sido una promesa inconclusa. Hay ahí una baja cobertura que incide en exclusión social y una desigualdad de las instituciones de ingreso que se traslada a la protección social. Se hemos hecho modelos de contrato individual en muchos países que, más veces, lo que hacen es reproducir en la protección social la desigualdad que existe en el país. ¡Y eso es lo más perverso que hay!

La reforma de los noventa mejorará el financiamiento y el acceso mediante. Buscaban mejoras en el financiamiento y en el acceso mediante una mayor relación entre el empleo y la protección a través de la formalización del mercado de trabajo; pero eso no dio resultado y hubo también un énfasis en mecanismos de incentivo más que en los de solidaridad. En consecuencia, hay toda una tarea pendiente. Las reformas no dieran cierto y las que dieran cierto fueran en el sentido totalmente contrario al que necesitábamos. ¿Qué se puede visualizar para ordenar un poco la discusión? ¿Qué se debería hacer para abordar una situación como la que estoy tratando de escribir en estos veinte minutos que tenemos? Se debería tener estrate-

gias nacionales, estrategias regionales y estrategias globales. En el caso de estrategias nacionales, la sociedad necesita avanzar hacia pactos sociales democráticos que garanticen la estabilidad política. Hoy en día, hemos visto manifestaciones en un país como el Chile de los estudiantes por mejor educación, de los adultos mayores por mejores pensiones, de los pobres por mejores condiciones de empleo... Eso va creciendo a la medida que prosigamos en esas condiciones de desigualdad y tenemos un país imaginario, un país ideal, que muestra una realidad que no se ajusta a lo que, en efectiva, existe en los países. Dos, necesitamos elaborar políticas macroeconómicas destinadas a reducir la vulnerabilidad macroeconómica y facilitar la inversión productiva. Tres, crear competitividad sistémica, vamos a tener que ser competitivos para insertarse a la globalización, y una política social activa en educación, empleo y protección social. Estos son los pilares de lo que podría ser una estrategia nacional y voy a hablar de ello un poco más adelante.

En el caso del regionalismo, hay lo que la CEPAL llama de regionalismo abierto. Los países debieran lanzarse a la provisión de bienes públicos a través de una red de instituciones globales y regionales que busquen una mayor estabilidad económica y financiera. Esto ya se discutió ayer: consolidar la integración comercial. Prácticamente todos los nuestros acuerdos comerciales, Mercosur, la Corporación Andina y el Sistema Centroamericano de Integración, no están dando buenos resultados, pero es una opción que hay que seguir validando; hay que apoyar la conversión macroeconómica y financiera, armonizar las normativas y la regulación, y integrar físicamente, social y políticamente a los países. Esto es un sueño que han tenido la mayoría de nuestros líderes en la CEPAL y que, todavía, no está cumplido.

Y, finalmente, hay que hacer frente a la realidad de nuestra región para la superación de asimetrías productivas y tecnológicas, y la inserción comercial. Ya la Ronda de Doha ha fallado, estamos constantemente enfrentados a conflictos serios en cada uno de los nuestros países, Necesitamos de una plena inclusión de la migración en la agenda nacional y la construcción de la soberanía global, basada en una agenda social internacional, que realmente reconozca los problemas que tenemos.

¿Por qué hablar de pobreza en esas dimensiones? Porque, si un país no logra insertarse adecuadamente en forma estable en el mundo global, difícilmente va a poder tener las condiciones económicas para resolver sus problemas sociales. Es importante retomar la estabilidad y el crecimiento; en general, las políticas macroeconómicas han sido políticas que enfatizaron la estabilidad monetaria financiera pero no la estabilidad real en el sentido de que, sí, necesitamos cre-

cer a tazas altas y estables, y crecer generando empleos. Estos objetivos no han podido ser implementados en las políticas y hay ahí algunas recomendaciones que se puede hacer. Nuestras familias están cambiando radicalmente, producto de la situación de pobreza que nosotros estamos. Hoy en día, ya no existe una familia nuclear, estable, con un jefe de hogar empleado plenamente y que puede proteger su familia. Es necesario abordar un nuevo contrato social — que es la propuesta que tiene la CEPAL — donde realmente hagamos tres cosas: definir derechos, exigir ley garantizable, buscar financiamientos para poderlos cumplir y desarrollar toda una institucionalidad social para lograrlo.

En materia macroeconómica hay cuestiones fundamentales que se están desarrollando en América Latina y que es importante tomar en cuenta para, por lo menos, evitar la “prociclicidad”. Hay políticas macroeconómicas anti-cíclicas que tienen que ver con la política fiscal. El tema de la regulación y de la supervisión es un tema que hemos ido aprendiendo a la fuerza, fundamentalmente con las crisis financieras, para poder regular efectivamente cual es el grado de endeudamiento y bajo qué condiciones y composición pueden endeudarse la banca y las empresas frente a una globalización, tanto en instrumento financiero, como en moneda. Y debemos de tener una definición clara de la política cambial para se hacer algún tipo de cambio flexible, o algún tipo de controle, para garantizar que los capitales que entren al país sean productivos, y no de tipo especulativo. En inversión, es aumentar el labor interno, promover el labor institucional y tenernos siempre en favor de pequeñas y medianas empresas, que es donde se genera mayor producto y está el mayor empleo.

El Acuerdo Social es basado en cinco pilares:

1. el de la responsabilidad económica, donde uno pueda, realmente, explicitar derechos exigibles de la población, y que sean garantizables en materia de financiamiento, dadas las restricciones macroeconómicas que afectan al país;
2. en educación y capacitación, para poder realmente igualar la educación, en calidad y en cantidad;
3. desarrollo productivo y empleo. Estamos consciente de que el empleo no es solamente una cuestión de regulación de mercado de trabajo, sino que depende de las transformaciones de la estructura productiva. Esa es una hipótesis que han manejado muchos de nuestros líderes en CEPAL;

4. acceso al financiamiento y solidaridad en la protección social, y
5. una democrática participación ciudadana.

Se requiere un nuevo Acuerdo Social para poder estabilizar la protección social. ¿Y eso, qué significa? Primero, reconocer que la familia está cambiando. El modelo familiar referente a la política pública, que ha sido un padre proveedor, que trabaja con un salario familiar y una madre cuidadora, ya no existe. Hoy, la mujer sale al mercado de trabajo; hoy, la mujer lidera hogares monoparentales; y la nuestra protección social debe hacerse cargo de ello.

Aumentar también la conciencia social sobre costo de la reproducción social. Existen pocas políticas para los cuidados de hijos, adultos mayores, enfermos, discapacitados, etc., y se requiere un nuevo diseño global que considere estos cambios de manera integral, una re-ingeniería del tiempo, de transformaciones en la organización del tiempo social a nivel de la familia y del mercado de trabajo.

¿Qué es lo que pretendemos nosotros? Sugerir un Contrato Social, en el cual se definan, con consulta a la soberanía, derechos explícitos, garantizables y exigibles, niveles y fuente de financiamiento contributivo o no contributivo. Hoy, las reformas que llamábamos modernas, casi todas lo que hacen es definir la plata de la seguridad social como una protección individual, a través de cuentas de ahorro individual, o seguros individuales. ¡Esto es la negación de la protección social! La seguridad social hay que volver a integrarla con las no contributivas, y ver cómo eso podría definir la fuente de financiamiento.

Un segundo tipo de política que nosotros estamos observando combina las responsabilidades fiscales, el papel de la educación y generación de más y mejores empleos. Es una cosa que se llama los Programas de Transferencia Condicionadas. Estos programas de transferencia condicionada es lo que aquí se conoce como “bolsa familia”, o “programa de hambre cero”, etc., que intentan ir a resolver un problema que atinge la pobreza extrema, pero abordando los temas del desarrollo o de la capacidad que pueden tener las personas para suplir por si mismas los desarrollos. Por ejemplo, “bolsa familia” intenta que lo hijo permanezca en la escuela, que busque nutrición y que sea atendido en programas de salud. Lo mismo se está haciendo el programa como Oportunidad-México, Chile Solidario, y en otros países, programas de igual diseño, en el sentido de que reconocen que hay ahí una restricción, pero que hay una necesidad de materiales de educación y empleo, y los programas tienen que ser de forma integrada, a través de lo que se llama “transferir recursos a la familia”, pero

condicionado a que ellos tengan un comportamiento que los reintegre, o los vuelva, a permitir acceder a los beneficios del desarrollo.

Finalmente, dentro de este Pacto Social que nosotros promovemos, es que creemos que todo eso tiene que ser con participación social — ¿democracia es participación social, no? — en el sentido de que, se ese acuerdo es sencillamente impulsado o impuesto por el gobierno y no tiene una participación de la sociedad adecuada, no va a ser un acuerdo que permita realmente avanzar en la solución de los problemas del país.

Y hay ahí tres elementos que yo quisiera destacar de los derechos. Uno, la definición ética de aquello que queremos lograr: cuanta solidaridad, tanta pobreza podemos resistir, a qué niveles son las prestaciones, etc.; procesarles en el sentido de fijar las normas con que ellos se hacen; y de contenido respecto a cómo se van a implementar estos programas. Termino, sencillamente, diciendo que avanzar en la construcción de una verdadera soberanía social requiere ese tipo de consulta para resolver. Hoy en día, tenemos una situación desigual, muy segmentada, muy oculta. Aquí en Río venimos a un lugar, miramos y atrás del edificio está la favela, viviendo una otra vida; voy a Santiago, la gente se mueve en un ámbito que nosotros llamábamos de Plaza Italia para arriba — no tenemos playa allá —. Es que Plaza Italia para abajo, ahí hay un otra realidad, son dos mundos distintos, que van a llevar a un conflicto social de gran magnitud.

Entonces, esto es una síntesis de lo que la propuesta nuestra es: apoyar estrategias globales, regionales y nacionales, con énfasis en la estabilidad real, y no solamente en la estabilidad nominal, que promuevan el crecimiento alto total y la generación de empleos en la región. Tenemos que buscar mayor complementariedad entre solidaridad y incentivos. Concluyo diciendo que la reforma en el contexto de una cota social, donde los derechos son al horizonte normativo y las desigualdades económicas, unas limitaciones a enfrentar, es lo que yo entiendo por el “agora” que tenemos que abordar y que nos dejó Celso Furtado; es decir, desarrollar una economía solidaria y una economía de dignidad. Gracias.

CLAUDIO SALM. Muito obrigado, Andras Uthoff. Fico feliz de ver a CEPAL se afastando da ortodoxia que nos dominou, pelo menos aqui no Brasil, durante alguns anos. Passamos a palavra a Élvio Gaspar.

ÉLVIO GASPAS. (ver PowerPoint à p. 280) Bom-dia a todos. Tive a honra de participar no inicio do governo do presidente Lula, em 2003, na elaboração

do planejamento plurianual, o PPA, e é com base nele que vou falar. Tivemos para esse documento a colaboração de alguns membros da CEPAL, visando uma declaração que constituísse uma estratégia firme e robusta de desenvolvimento. Essa estratégia passava pela criação de empregos e pela desconcentração de renda. Por dois caminhos: políticas sociais que promovessem a inclusão social e elaboração de políticas que gerassem um vigoroso crescimento sustentável e fosse redutor das desigualdades regionais. As duas dimensões se dariam tanto pelo mercado de consumo interno de massas, como também pelo aumento das exportações e pela relação internacional que gerasse excedentes e mino- rasse a vulnerabilidade externa que enfrentávamos naquela ocasião.

Alguns indicadores eram bastante ruins e a questão da vulnerabilidade externa era uma das preocupações. Do somatório das políticas elaboradas por nós se cons- truiria um quadro de geração de empregos e desconcentração de renda, por meio de políticas de inclusão que geram o crescimento econômico. Essa estratégia tinha cinco dimensões, a saber: a dimensão econômica da estabilidade, que era a questão maior na época, e também incluía a geração de emprego e renda, e aumento dos investimentos. Como fazer esse aumento de consumo virar investimento produ- tivo e aumento da produtividade? Na dimensão social, era conseguir que esse aumen- to da produtividade se transmitisse para o rendimento dos trabalhadores.

Havia também a dimensão regional, pois percebíamos com clareza que a desigualdade social não se expressava apenas de São Paulo para a periferia, mas do Sudeste para o Nordeste, e dentro do Nordeste, de Fortaleza para Quixadá, e dentro de Quixadá, em Quixadá central para Quixadá periférico. Em resumo, é uma profunda desigualdade regional e territorial que precisava ser superada. Havia ainda a dimensão ambiental, já que por motivos óbvios, não poderíamos fazer um projeto de modelo de desenvolvimento que previsse estradas e infra- estrutura, gerasse emprego e aumento de rendimento repassado para a classe tra- balhadora, promovendo uma brutal destruição do meio ambiente. Seria impos- sibilitar que os nossos filhos e netos dessem continuidade a esse modelo. Nesse aspecto houve grandes avanços com a constituição dos biomas principais com os projetos de monitoramento das florestas. O ano de 2005 foi o primeiro, depois de décadas de medição, em que o número de queimadas diminuiu. Ainda é um número terrível, mas foi o primeiro em que caiu.

A quinta dimensão é a democrática. Não poderíamos imaginar a existência de um projeto sem consistência política e essa é a questão de fundo de para a

superação do subdesenvolvimento. É preciso distribuir poder, trazer mais atores para discutir, construir a nova sociedade e sustentá-la politicamente. E, pelo que vemos, avançamos um bocado ao criarmos o Conselho Econômico e Social, colocando novos atores na discussão. Os conselhos regionais sobre cidades, sobre o negro, sobre as mulheres, significaram avanços importantes. É uma novidade, mas estamos aquém, devemos reconhecer.

Tínhamos um quadro de concentração de renda. Como os mecanismos não são azeitados, quanto mais crescêssemos mais geraríamos pobres e isso faz parte da história contemporânea brasileira. Essa concentração é recorrente, e teríamos que atacar também os desequilíbrios macroeconômicos, a vulnerabilidade externa, aumentar a exportação, estimular o investimento produtivo, para que tudo isso gerasse crescimento e melhorasse os mecanismos do aumento da produtividade. Esses postulados influenciaram fortemente a elaboração dos programas. Os problemas viraram desafios, os desafios viraram projetos, os projetos viraram metas. E conseguimos — vou fazer uma avaliação daqui a pouco — avançar mais do que esperávamos. Hoje, em função do que já foi feito, temos uma oportunidade extraordinária de construir esse vigoroso crescimento da produtividade e da renda *per capita*. Estamos combatendo em dois *fronts*. E, simultaneamente, estamos conseguindo reduzir as desigualdades regionais.

A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2004 é a primeira que se mostra uma expressiva redução das desigualdades sociais e é isso que nos move na política. E num ambiente de estabilidade monetária, de responsabilidade fiscal, não estamos construindo um horror que possa se traduzir no futuro por déficits correntes, ao contrário. Os juros são altos, mas têm caído. A TJLP (taxa de juros de longo prazo), que é a nossa taxa aqui do Banco, está hoje em 7,5% ao ano, é a menor taxa da história da TJLP e mesmo assim ela significa juros reais na faixa de 3, 3 e pouco por cento; ainda continua muito alto para níveis internacionais, embora para o Brasil seja muito baixo.

Destacarei agora a dimensão social, que é o motivo dessa nossa discussão. Nas primeiras declarações associadas à inclusão social foram aquelas para combater a fome e a miséria. O presidente Lula declarou que se terminássemos esse governo com as pessoas todas podendo tomar café-da-manhã, almoçar e jantar ele teria cumprido a missão de sua vida. Não sei dizer se nós acabamos com a fome no Brasil, aparentemente alguns setores urbanos muito afastados da sociedade, não conseguiram ter acesso aos programas de transferência. Podemos dizer que esta-

mos próximos de acabar com a fome no Brasil. É uma revolução, um grito de independência, alguma coisa de que todos nós temos que nos orgulhar. Faz-se inclusão social gerando emprego e renda. Além da geração de emprego e renda será necessário que se melhorem as relações e as condições de trabalho, pois por incrível que pareça em 2001 o Brasil ainda tinha contingente de trabalho escravo. Fizemos um esforço nesses quatro anos para poder coibir esse tipo de trabalho; houve fiscal do Ministério do Trabalho assassinado, houve políticas objetivas que deram certo. Desde 2005 o BNDES não empresta para quem consta no cadastro do Ministério do Trabalho e algum dia usou trabalho escravo. A tendência é acelerar esse processo esperando que em poucos anos possamos também sentir esse orgulho no coração. Garantir direitos da cidadania e garantir liberdade, segurança e justiça, esses foram os principais desafios da questão social.

Outra grande questão era como aumentar a renda das pessoas. Há dois vetores: o primeiro é a política social que disponibiliza a renda e o outro é gerar emprego e renda. Esses dois movimentos fazem um somatório que se traduz, por exemplo, em isenção de impostos para a cesta básica e redução do preço dos alimentos: aquilo que ele teria de gastar na compra da cesta básica é disponibilizado como excedente de renda. A reforma agrária foi um esforço extraordinário que, embora ainda não tenha atingido a meta, tem um duplo efeito, pois não só gera trabalho, como renda, e evita a migração para os centros urbanos. A imigração para a cidade sobrecarrega a mão-de-obra nos centros urbanos, gerando diminuição da força de trabalho, do custo da força de trabalho e conseqüentemente baixando a renda. Em resumo, a reforma agrária, ao segurar o cidadão no campo, aumenta a renda também do trabalhador urbano. É o famoso dois em um.

O programa Bolsa Família, de transferência de renda, é um sucesso por ter sido muito bem desenhado. Desse desenho compreendeu-se o seguinte: não era possível repassar recursos e não pedir nada em troca. O representante da CEPAL citou aqui a questão da transferência via condicionalidades, e isso é fundamental para o programa ter alguma densidade. O raciocínio é o seguinte: como o indivíduo encontra-se afastado da sociedade, vivendo em estado de pobreza extrema, o governo assume sua sobrevivência através do Bolsa Família, mas exige a contrapartida de que ele coloque os filhos no colégio, que sua mulher faça o pré-natal, que tomem, ela e as crianças, as vacinas, para que receba os recursos e não reproduza mais essa situação para seus filhos. Isso é dar o peixe. Mas é dar o peixe na condição de que ele não reproduza para a sociedade

aquela situação que é uma constante na sociedade brasileira. Os dados da PNAD mostram que essa situação começa a se inverter.

É obvio que isso só vai dar resultado efetivo em alguns anos, quando o garoto de quatro anos hoje, que está na escola por causa do programa Bolsa Família, chegar aos 14 e estiver com 10 anos de estudo, comparável aos 14 anos nas classes mais abastadas. Destacarei a questão da qualidade na orientação da política social. Concluímos que de nada adianta produzir políticas públicas bem focadas, bem desenhadas se elas não tiverem uma boa gestão. Há um estudo do Banco Mundial mostrando que nas décadas de 80 e 90 o gasto público na educação primária por criança na Etiópia cresceu proporcionalmente igual ao do Malawi. Mas a taxa de conclusão do curso primário foi diferente entre os dois países. Ou seja, o dinheiro somente não resolve o problema. Direcionar recursos é uma etapa necessária, mas não é suficiente.

Antes de tudo precisa-se de uma boa política, e sobretudo uma gestão responsável. Por isso investiu-se fortemente em gestão, daí a necessidade de contratações num processo de diminuição do Estado. Em 1995 o governo tinha 777 mil funcionários, em janeiro de 2003, quando entramos, tinha 456 mil funcionários. Fizemos um processo de contratação focado em universidades e na Polícia Federal, para que déssemos conta das políticas prioritárias do governo. O raciocínio se aplica também à Venezuela e a Tailândia, com diferentes posições de investimento que geram resultados parecidos.

Vou citar as grandes metas sociais para mostrar que muitos avanços foram obtidos e seguiram aquela linha. Em primeiro lugar, foi criado um radar social, uma espécie de esquadrinhador das ações sociais que mostrasse o resultado delas. Isso está disponível na página do Ministério do Planejamento. Foi elaborado pelo IPEA, está com alguns problemas de defasagem, até porque as melhores informações vêm da PNAD que é anual, mas é sempre um elemento para acompanharmos. O radar social tem as seguintes dimensões: trabalho, renda, educação, moradia, segurança. Não havia uma política para aumentar o salário mínimo; nós a implementamos, e hoje o salário mínimo é 350 reais, o maior das últimas décadas. O programa Bolsa Família tinha como pretensão atingir 11 milhões de famílias até 2007, e em julho de 2006 já alcançou os 11,1 milhões. Estamos, portanto, completando nosso objetivo integralmente um ano antes.

No caso do fortalecimento da agricultura familiar, o presidente Lula falava o seguinte: “Eu não quero fazer competição de quem assenta mais famílias, porque

o assentamento desordenado não leva a nada, inclusive porque a maioria dos assentamentos vive de cesta básica. Então, precisamos dar crédito, assistência técnica, e comprar a produção deles”. E foi feito um esforço muito grande e atingimos 1,1 milhão de famílias em 2005. Como a meta era 3,7 milhões, no somatório 2004-2007 já estamos em condições de atingir o nosso objetivo. Quanto à reforma agrária, nos propusemos fazer 400 mil assentamentos. Até junho, foram feitos 260 mil assentamentos, já nessas novas condições, com treinamento, assistência técnica, compra de produção, seguro. A promessa do Ministério do Desenvolvimento Agrário é chegar aos 400 mil assentamentos ainda este ano, até porque há uma curva de aprendizado e o pessoal começou a se embalar. E também se procedeu à titulação de propriedades daquelas quinhentas e tantas mil famílias que estavam assentadas e não tinham a possuíam. O número de famílias assentadas no Brasil, durante 32 anos de reforma agrária, era de 540 mil famílias, nós assentamos 260 mil famílias em 3 anos e meio.

Gostaria de destacar agora a educação. São dois indicadores, um muito ruim e outro bastante bom. Os ruins são aqueles relacionados com a capacitação de professores da educação infantil. Nós tínhamos a meta de 2,5 milhões, no entanto esse programa andou pouco, com muitas dificuldades, e hoje estamos na faixa de 400 mil professores capacitados. Em compensação, quanto à distribuição do livro didático já estamos a 120 milhões/ano, ou seja, em 4 anos serão distribuídos 480 milhões de livros. É um dos programas de maior êxito que agita o mercado editorial brasileiro, gera muito emprego na indústria editorial e faz efetivamente chegar o livro à mão das crianças. No que concerne ao analfabetismo, o ex-ministro Cristovam Buarque havia assumido como meta, junto com o Ministério do Planejamento, se chegar aos 16 milhões de alfabetizados. Não chegamos aos 16 milhões, chegamos a 5,2 milhões.

Na área de saúde, eu gostaria de destacar que o índice de mortalidade infantil — atualmente em 24,4 — tem diminuído, embora ainda seja altíssimo; nos Estados Unidos é 13 por 1000, em Cuba é 6 por 1000. Quanto ao saneamento, nos propusemos a atingir 9,2 milhões de famílias cobertas por serviço de abastecimento de água. Estamos com 6 milhões, possivelmente este ano se avance um pouco mais. Em relação à taxa de cobertura de serviços urbanos de coleta e tratamento de esgoto, a meta era ampliar de 50% para 57%. Em 2005 já estávamos com 56%. Cerca de 42% a 43 % de população não é coberta com serviços de tratamento, esse será um investimento de longo prazo. Apenas nesses três anos

e meio contratamos 10 bilhões de reais para financiar projetos de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Isso é mais que nos últimos 10 anos.

Na habitação, o déficit previsto era da ordem de cinco milhões. Tínhamos como meta um milhão nesses primeiros quatro anos. Até junho nós estaremos com 912 mil. Mas também nesse caso joga o aprendizado. Com a resolução nº 460 do FGTS, só nesse primeiro semestre de 2006 já construímos 300 mil unidades para a população de baixa renda, de zero a cinco salários-mínimos, o que é um bom resultado. Ou seja, se fizermos a conta e extrapolarmos, poderemos chegar a quatro ou cinco milhões nos próximos dez anos, o que significa uma revolução na moradia neste país. Quanto à regularização fundiária, que era um programa modesto, tornou-se capital ao transformar as favelas e ocupações irregulares em propriedades com título. Isso é gerar renda.

Em determinado momento, todos os bancos aplicavam no mercado financeiro o dinheiro das cadernetas de poupança. Foi quando o governo decidiu aplicar em habitação. Os bancos foram se adaptando no ano de 2005, e construíram essa curva que tende a subir. Estão reforçando os planos de habitação para a baixa renda. O Brasil reduziu a desigualdade pela primeira vez, a distancia social ainda é grande mas começa a diminuir, segundo o índice de Gini. A desigualdade se expressa regionalmente, e sobre essa já começamos a trabalhar. De 2003 a maio de 2006 geramos 4,2 milhões de empregos formais com carteira assinada. Por conta disso, temos uma redução da participação dos 10 % mais ricos na renda total. Era na faixa de 48%, no início do governo Lula, agora está em 45 % da renda total. Os 10% mais ricos detêm 45% da renda. E os mais pobres se apropriam cada vez mais de uma parte maior da renda nacional.

O BNDES buscou acoplar as suas políticas a essas dimensões. Nós operamos gerando o desenvolvimento de emprego diretamente com a implantação dos nossos projetos. Isso se dá porque as empresas apoiadas por nós geram mais empregos do que as empresas não apoiadas. Fizemos uma pesquisa e vimos que essas apoiadas por nós geram 29 % de empregos a mais. A nossa ação é geradora de empregos. Observamos também as condições sociais ambientais dos projetos que analisamos. Também criamos políticas para que as nossas ações sejam distributivas e acopladas aos projetos do governo. Por exemplo, em 2005 nós crescemos o desembolso no Nordeste, aumentando-o em 38% por cento, quando a nossa média Brasil foi 17. Criamos um Programa de Investimento Coletivo (PROINCO), exatamente com o objetivo de se atingir aquelas comunidades com dificuldades. Oferecemos gra-

tuitamente o equipamento, esperando que tenham condições, dali por diante, de se desenvolver. Isso também é uma forma de gerar renda e trabalho.

Participamos também da área social financiando o setor público, nas áreas de infra-estrutura, saneamento. Financiamos serviços públicos por agentes privados, hospitais, escolas particulares, pensando que é esta uma maneira de distribuir mais esse crescimento. O micro e o pequeno empresário geram emprego em maior quantidade com menos dinheiro; ele é um grande distribuidor, inclusive porque o microempresário é disseminado pelo país.

Fizemos algumas mudanças no programa Cartão BNDES e conseguimos um resultado extraordinário. Devo ressaltar que fizemos propaganda do cartão. E como a propaganda é a alma do negócio, a coisa explodiu. Era basicamente um crédito superbarato, 1,2% ao mês, para pequenas e micro empresas. No programa de microcrédito, que é outra forma de gerar trabalho e renda para as populações mais pobres, o índice de inadimplência era muito alto. Quando se iniciou nossa gestão, fizemos uma reestruturação e agora estamos alinhados com o programa de microcrédito orientado pelo governo federal. Vamos chegar este ano em torno de 20 milhões de reais. Com tudo isso, a participação de micros, pequenas e médias empresas no desembolso do BNDES, que era em torno de 20% do nosso desembolso geral, passou para 30%. Isso mostra claramente nosso esforço para chegar no pequeno empresário. Enfim, na área dos projetos industriais, temos um programa que incentiva as empresas a fazer um investimento social. Emprestamos para o pequeno empresário no âmbito da comunidade. Se ele fizer um projeto na comunidade em que está inserido, nós emprestamos 100% do projeto a spread zero.

Para terminar, direi o que considero ser o cerne da questão. Nós elaboramos uma estratégia que tinha como foco a questão da geração de trabalho, renda e diminuição da desigualdade; para que essa estratégia fosse montada, organizamos programas que levassem em conta esses itens. Alguns avançaram mais, outros menos, mas de fato perseguimos programas e conseguimos diminuir as dificuldades do país.

O que devemos fazer agora? Reavaliar esses programas e ações. O caminho está aberto, as possibilidades antes inimagináveis existem hoje, podemos combinar mercado externo com mercado interno; desenvolver renda, aumentar gastos sociais e manter a estabilidade monetária; ter responsabilidade fiscal mesmo aumentando o gasto social. Estou convencido de que as condições para diminuirmos as desigualdades e construirmos uma sociedade mais equilibrada estão dadas no Brasil.

CLAUDIO SALM. Muito obrigado Élvio. Laís Abramo, com a palavra.

LAÍS ABRAMO. Bom dia a todos. Falar em quarto lugar tem vantagens e desvantagens. Creio que muito já foi dito, e por isso vou começar retomando duas idéias-chave que estão no manifesto do Centro Celso Furtado, lançado em setembro de 2005 durante a Conferência de Helsinque, e que foram apresentadas e discutidas ontem: o resgate e a afirmação da necessidade e da possibilidade dos projetos nacionais de desenvolvimento; e a idéia de que a agenda do desenvolvimento é uma equação política antes que econômica. É o que exporei no texto a seguir.

UMA AGENDA DE TRABALHO DECENTE PARA O COMBATE À POBREZA E À DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO *

Minha apresentação se centra basicamente em dois pontos:

- a argumentação em torno da necessidade de que a promoção do emprego de qualidade e do trabalho decente seja um eixo fundamental desse projeto e dessa agenda de desenvolvimento;
- a argumentação de que essa idéia vem ganhando força e densidade na agenda política nacional, hemisférica e internacional

Não vou me deter no diagnóstico e na crítica à globalização, já que esse foi um tema abordado ontem. Vou começar referindo-me aos efeitos e conseqüências desse processo sobre o mundo do trabalho.

No Fórum Econômico Mundial de 2006, Juan Somavía, diretor-geral da OIT, referiu-se ao que chama de “*uma crise global de emprego*”. Apenas alguns dados:

- entre 1995 e 2005, a taxa de desemprego aberto global aumentou 25%;
- existem atualmente aproximadamente 192 milhões de pessoas desempregadas no mundo, o que equivale a 6,3% de toda a força de trabalho;
- quase a metade (86 milhões), é formada por jovens entre 15 e 24 anos;
- as taxas de desemprego das mulheres são sistematicamente superiores às dos homens em todas as regiões do mundo;

* Texto enviado pela palestrante.

- a metade de todos os trabalhadores (ocupados) do mundo (cerca de 1,4 bilhão de trabalhadores pobres) vive atualmente com menos de US\$ 2 por dia, o que significa que está em uma situação de pobreza; 18% deles encontra-se em uma situação de extrema pobreza (vive com menos de US\$ 1 por dia).
- apesar do significativo crescimento econômico de 4,3% em 2005, a economia mundial não responde de forma adequada à demanda pela criação de novos empregos para os que ingressam no mercado de trabalho: seria necessário criar algo em torno de 40 milhões de novos empregos a cada ano da próxima década apenas para satisfazer o número crescente de trabalhadores que buscam emprego.

Essa *crise global de emprego* é:

- um grande obstáculo para a redução da pobreza, e portanto para o cumprimento das Metas do Milênio;
- ameaça a credibilidade das democracias no mundo:

“A falta contínua de oportunidades de trabalho decente, o investimento insuficiente e um nível de consumo excessivamente baixo provocam a erosão do contrato social básico sobre o qual repousa a sociedade democrática, a saber, que todos devem participar do progresso.” (Diretor-geral da OIT)⁵⁷

Dados para a América Latina e Caribe:

- a expansão das economias nos últimos 15 anos foi pequena, volátil e vulnerável aos choques externos, o que acarretou o aumento da taxa de desemprego (revertido em parte no último triênio) e do setor informal, e na diminuição da cobertura da proteção social;
- a combinação de crescimento econômico insuficiente com alta desocupação e precarização do emprego se traduz em *aumento do déficit de trabalho decente*, que está estreitamente vinculado com os elevados níveis de pobreza e desigualdade social na região.
- apesar da redução da taxa de desemprego na América Latina e Caribe nos últimos três anos, em virtude de um crescimento importante do PIB regional (1,9% em 2003, 5,9% em 2004 e 4,3% em 2005, e ainda que se preveja uma taxa menor neste ano), ela continua elevada (9,6%);

⁵⁷ OIT, Escritório do Diretor-Geral, “Cómo abordar la crisis mundial de empleo”, janeiro de 2006, Genebra.

- além disso, sete em cada 10 empregos gerados estão no setor informal e apenas 5 em cada 10 trabalhadores assalariados conta com algum tipo de proteção social;
- a produtividade do trabalho é baixa, e apresenta um crescimento muito lento (0,21% nos últimos 15 anos);
- deficit de emprego formal na America Latina e Caribe: 126 milhões de pessoas (53% da PEA):
 - 23 milhões de desempregados;
 - 103 milhões na informalidade.

A reversão desse deficit exige níveis muito mais elevados e sustentados de crescimento econômico do que os observados nas duas últimas décadas. Mas também, por si só, não é suficiente para que isso aconteça.

Trabalho como via fundamental para a superação da pobreza e das desigualdades sociais e para a garantia da governabilidade democrática

Proposta da OIT para enfrentar a crise global de emprego: uma *Agenda Global de Trabalho Decente*

Pressupostos:

A) O trabalho como via fundamental para a superação da pobreza, das desigualdades e da exclusão social:

- importância das políticas e equipamentos sociais básicos e universais, reconhecidos como direito da população (saúde, educação, moradia, acesso à água potável, saneamento básico, etc);
- importância das políticas sociais de proteção e redistribuição (previdência social, políticas de transferência de renda condicionada, etc);
- a pobreza só será reduzida de maneira permanente se os grandes desequilíbrios existentes nos mercados de trabalho forem enfrentados e resolvidos.

Faço aqui um parêntese para estudar um exemplo: o Brasil atual. No Brasil existe atualmente um debate muito interessante a respeito. Vários estudos que vêm sendo realizados (IPEA, Centro Internacional da Pobreza, FGV), apontam uma importante redução da pobreza – e também da desigualdade social (melhoria do índice de Gini) nos últimos anos.

Entre 2001-2004, segundo o IPEA:

- redução de 2 pontos percentuais nos índices de pobreza e extrema pobreza
- 4% no índice de concentração de renda
- apesar de taxas de crescimento econômico bastante modesto se comparadas com outros países
- porém, com melhoria da elasticidade produto emprego, redução do desemprego e aumento significativo da formalização do trabalho

Resultados do estudo do International Poverty Center (IPC/PNUD):

Da queda observada na desigualdade social:

- a renda proveniente do trabalho é responsável por 85% dessa redução;
- aposentadorias e pensões até um salário-mínimo são responsáveis por 32%;
- os programas de transferência de renda por 21%.

Desagregação do aumento de renda proveniente do trabalho:

- diminuição da taxa de desemprego;
- aumento da taxa de ocupação (diminuição do número de famílias sem nenhuma pessoa ocupada);
- aumento importante do salário-mínimo real;
- reversão do processo de queda nos rendimentos do trabalho que caracterizou toda a década de 1990 até 2003;
- fortalecimento da negociação coletiva – aumentos salariais iguais ou superiores à inflação (aproximadamente 90%)

Podemos ver aqui uma importante combinação de políticas sociais e mercado do trabalho.

B) O trabalho é uma das formas mais diretas pelas quais o desenvolvimento pode favorecer as pessoas. Uma distribuição mais justa dos benefícios gerados pelo processo de globalização requer que os países, as empresas e a população sejam capazes de converter as oportunidades globais em maior geração de empregos e elevação da renda.

C) o trabalho é a via fundamental de inclusão social, condição básica para uma vida digna e para o exercício da cidadania e, nesse sentido, para o fortalecimento da democracia.

O conceito de trabalho decente

Não é qualquer tipo de trabalho que tem essa capacidade. Já foi dito que atualmente a metade dos trabalhadores de todo o mundo (1,4 bilhão de pessoas) vive com menos de 2 dólares ao dia e portanto, é pobre.

O trabalho que é capaz de superar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a ampliação da cidadania e a garantia da governabilidade democrática é o que a OIT convencionou chamar de *Trabalho Decente*:

- trabalho com uma remuneração suficiente para garantir uma vida digna;
- que conte com proteção social adequada;
- no qual os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras sejam respeitados
- que seja exercido em condições de liberdade e equidade (livre portanto de qualquer forma de discriminação)
- no qual não tenham lugar e sejam eliminadas todas as formas de trabalho infantil e trabalho forçado ou escravo.

Trabalho decente na agenda política hemisférica

Nos últimos 3 anos essa proposta de trabalho decente deixa de ser uma idéia apenas da OIT, mas passa a ser cada vez mais assumida pelos atores sociais.

Essa idéia foi discutida e em torno a ela foram assumidos compromissos ao mais alto nível em quinze reuniões ou conferências internacionais de grande relevância, realizadas entre setembro de 2003 e julho de 2005. Entre estas se destacam:

XIII e a XIV Conferências Interamericana de Ministros do Trabalho da OEA (setembro de 2003 e setembro de 2005);

- Assembléia Geral da ONU (setembro de 2005, Nova York);
- Cúpula Iberoamericana de Salamanca (outubro de 2005);
- IV Cúpula das Américas (novembro de 2005, Mar del Plata);
- XVI Reunião Regional Americana da OIT (maio de 2006 em Brasília)
- Sessão substantiva de Alto Nível do Conselho Econômico e Social da ONU (julho 2006, Genebra)

O que passa a ser assumido nesses fóruns não é apenas o conceito de Trabalho Decente, mas também a idéia de que o TD:

- é uma via fundamental para a redução da pobreza e das desigualdades sociais; nesse sentido, complementa as metas do Milênio (um

compromisso fundamental para a redução da pobreza, mas onde o tema do emprego e do trabalho não aparece de forma importante);

- deve ter um *lugar central* — e não residual — nas *estratégias de desenvolvimento dos países* (é importante notar que esse conceito está presente) e das políticas nacionais e internacionais, incluídas aquelas dirigidas à redução da pobreza e à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- reconhecem a contribuição fundamental do trabalho decente ao desenvolvimento econômico e social, devido à sua capacidade de impulsionar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico, favorecendo a inclusão social;
- supõe Estado e atores sociais fortes, assim como a consolidação de processos e instâncias de participação e diálogo social.

Vou me deter um pouco na Cúpula das Américas, Mar del Plata, novembro de 2005. Não é trivial que o tema da reunião dos 34 Chefes de Estado e de Governo de todo o Hemisfério americano tenha sido *gerar trabalho decente para combater a pobreza e garantir a governabilidade democrática*. Não estiveram reunidos para discutir a liberalização do comércio, a desregulação da economia, a retirada do estado ou a flexibilização do trabalho.

Assinaram uma Declaração e um Plano de Ação, nos quais afirmam que:

- o direito ao trabalho deve ter um lugar central na agenda hemisférica;
- assumem o conceito de trabalho decente da OIT, com seus 4 componentes básicos:
 1. geração de emprego de qualidade
 2. os direitos fundamentais no trabalho
 3. proteção social
 4. diálogo social
- o crescimento econômico é uma condição necessária mas não suficiente para atingir esse objetivo
- são necessárias (e os governos da região devem se comprometer com esse objetivo) definir estratégias e implementar políticas ativas e dinâmicas para a consecução desse objetivo
- a grande tarefa de nossas sociedades e governos para combater a pobreza e a exclusão social é a adoção de políticas direcionadas à geração de mais e

melhores empregos tanto na área rural como na urbana, com o objetivo de contribuir eficazmente para a coesão social, a prosperidade e a governabilidade democrática.

- promover o aumento da comunicação entre os ministros responsáveis pelas políticas econômicas, sociais e laborais em cada país, com o objetivo de coordenar políticas orientadas para a criação de emprego e à redução da pobreza
- promover o investimento em infraestrutura básica que tenha alto impacto positivo no em termos de promoção do crescimento e de criação de emprego produtivo

Segue-se uma série de outras políticas:

- promover a os serviços de assistência técnica e produtiva e creditícia á pequena empresa (melhorar o clima de investimento, facilitar acesso a mercados, etc....);
- favorecer a pesquisa, o desenvolvimento e a adoção de fontes renováveis e eficientes de energia (incluindo a energia mais limpa) e, entre elas as que fomentem o uso intensivo de mão-de-obra;
- estimular políticas que melhorem a distribuição de renda;
- promover o diálogo social tripartite;
- eliminação do trabalho forçado;
- erradicação do trabalho infantil;
- combater o tráfico de pessoas;
- redução do desemprego juvenil e da porcentagem de jovens que não estuda nem trabalha;
- eliminar a dicriminação de gênero e raça no trabalho;
- eliminar a discriminação por motivos de idade e de PPDs (pessoas portadoras de deficiência);
- reduzir a informalidade (promover metas para a formalização gradual dos trabalhadores assalariados que não tem proteção social, em aprticular as trabalhadoras domésticas);
- fortalecer e ampliar as políticas de formação profissional;
- melhorar a SST (segurança e saúde no trabalho);
- promover o exercício pleno e eficaz dos direitos dos trabalhadores (incluídos os migrantes) e a decalração dos Direitos e princípios Fundamentais no trabalho da OIT

A Cúpula das Américas e a AHTD (Agenda hemisférica do trabalho decente)

A IV Cúpula confere um mandato à OIT: propor políticas que possam fazer avançar o cumprimento desses compromissos e as áreas temáticas definidas nesse Plano de Ação. No cumprimento desse mandato, o Diretor geral da OIT apresentou aos seus constituintes tripartites da região americana (governos, empresários e trabalhadores) uma AHTD na XVI Reunião regional americana (RRA), que cobre várias áreas de política.

A AHTD

Agenda Hemisférica para a promoção do trabalho decente: a OIT propõe aos Estados-membros da região americana um conjunto articulado de políticas nos âmbitos

- econômico
- legal
- institucional
- do mercado do trabalho,

orientadas para o crescimento econômico e sua sustentabilidade no tempo; propõe também a conciliação de um maior crescimento com a geração de empregos de qualidade, de modo a promover maior inclusão e equidade social, e, com isso, contribuir para o fortalecimento da democracia e a redução das desigualdades sociais no hemisfério americano.

Propõe ainda um conjunto de *políticas gerais* orientadas para:

- o crescimento econômico promotor de maiores oportunidades de emprego;
- o efetivo respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- a maior eficiência e abrangência da proteção social;
- o desenvolvimento de um diálogo social efetivo.

Essas políticas gerais devem ser acompanhadas por *políticas específicas*, nas seguintes áreas:

- as normas internacionais do trabalho;
- a igualdade de gênero;
- o emprego juvenil;
- as micro e pequenas empresas;
- economia informal;
- formação profissional;
- setor rural e desenvolvimento local;

- serviços de emprego;
- segurança e saúde no trabalho;
- salários e remunerações;
- trabalhadores migrantes.

XVI Reunião regional americana

a) Discussão de uma Agenda Hemisférica para o Trabalho Decente (2006-2015)

Proposta de “uma década de promoção do trabalho decente”.

Com o objetivo de promover o trabalho decente e contribuir para a redução da pobreza nos próximos 10 anos, propõe-se que:

- as políticas contidas na AHTD guiem as estratégias de desenvolvimento dos países da região;
- cada país determine que metas tem condições de atingir conforme as suas respectivas realidades e prioridades nacionais (elaboração dos PNTDs);
- se faça isso incorporando na medida do possível mecanismos tripartites de acompanhamento.

b) Sessão especial substantiva do Ecosoc (Genebra, julho 2006)

Reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc) tema central da reunião de alto nível em Nova York (abril 2006): *“criação de um ambiente no âmbito nacional e internacional que propicie a geração de emprego pleno e produtivo e de trabalho decente para todos, e suas conseqüências sobre o desenvolvimento sustentável”*.

Este passa a ser um compromisso assumido pelo conjunto do Sistema ONU e não apenas pela OIT.

CLAUDIO SALM. Muito obrigado, Laís. Passo a palavra ao dr. Terry McKinley.

TERRY MCKINLEY. (ver PowerPoint à p.295) Depois de quatro apresentações, creio que vocês acharão a minha — como podem ver pelo título — um pouco diferente. Essa apresentação se baseia em alguns textos recentes que foram publicados pelo Centro Internacional da Pobreza das Nações Unidas, especialmente sobre as perspectivas globais. Trata-se de um texto que escrevi com Alex Izurieta, da Universidade de Cambridge.

DESEQUILÍBRIOS MACROECONÔMICOS MUNDIAIS E REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO: RISCOS E RESPOSTAS ⁵⁹*

Resumo

Esta pesquisa utiliza um “modelo de comércio e renda mundiais” para examinar três cenários sensivelmente diferentes da economia mundial. Apresentam-se aqui críticas ao primeiro cenário, conhecido como Estimativas Consensuais de Crescimento, que consiste em uma projeção otimista para o crescimento global futuro e é utilizado pelos formuladores da política econômica americana e pelas instituições financeiras internacionais. Essa previsão supõe que os grandes desequilíbrios macroeconômicos que atualmente assolam a economia mundial serão resolvidos, no devido momento, pelas forças do mercado, sem recurso a intervenções políticas maiores. O presente trabalho sustenta que, ao contrário, um segundo cenário — uma recessão na economia americana (desencadeada por uma queda nos gastos internos sem sustentabilidade) e uma desaceleração acentuada no crescimento global — é muito mais plausível.

A fim de evitar esse futuro adverso, o presente trabalho examina a viabilidade de um terceiro cenário, um Cenário de Crescimento Coordenado. Considera-se que esse cenário poderia inserir a economia americana num padrão de crescimento mais sustentável, aumentar o crescimento em outros países desenvolvidos e possibilitar que países em desenvolvimento se beneficiem desproporcionalmente, isto é, atinjam taxas de crescimento “para tirar o atraso”. Esse terceiro cenário se baseia em políticas macroeconômicas mais expansivas, aumento dos investimentos em capacidade industrial nos países em desenvolvimento, maior integração comercial entre países desenvolvidos e mais estímulo a medidas de economia de energia. O cenário, viável e desejável, exigirá, entretanto, mudanças estruturais consideráveis e uma maior coordenação política entre os países.

1. Introdução

Este artigo se baseia na pesquisa de um projeto global sobre macromodelos liderado pela Fundação de Pesquisa em Finanças de Cambridge junto com a

⁵⁹ Terry McKinley, pesquisador sênior e diretor em exercício do Centro Internacional de Pobreza, Brasília; Alex Izurieta, pesquisador sênior, Cambridge Endowment for Research in Finance, Universidade de Cambridge, Reino Unido.

* Texto enviado pelo palestrante.

Alphametrics Inc.⁶⁰ Desde o começo, contou com o apoio do Grupo de Pobreza do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e continua a ser apoiado pelo Centro Internacional de Pobreza. O Centro apóia a iniciativa porque acredita que esta pesquisa é extremamente relevante para a elaboração da política econômica, tanto em países em desenvolvimento quanto em países desenvolvidos. O Centro acredita que este trabalho vai se mostrar particularmente útil aos países em desenvolvimento, contribuindo para a formulação de respostas políticas ao contexto atual de desequilíbrios macroeconômicos mundiais.

O elemento central do texto é a apresentação de três diferentes cenários para a economia mundial, baseados na aplicação de um modelo macroeconômico de comércio e renda mundiais. Esses cenários não são simples previsões; eles são gerados pelo macromodelo mundial que parte de suposições acerca de parâmetros macroeconômicos básicos e depois adapta os resultados às tendências históricas recentes e à estrutura da economia mundial vigente. Uma breve descrição da metodologia de modelos é apresentada na Seção 2, e os detalhes são elaborados no Anexo A.

Na seção 3 elaboram-se os três cenários. O primeiro apresenta os resultados lógicos — aplicados à economia americana, à economia mundial, às várias regiões e aos países mais importantes — da previsão do Prognóstico de Consenso, o qual assume as projeções otimistas que predominam entre os formuladores da política americana e entre as instituições financeiras multilaterais. Apesar da larga aceitação de que goza esse cenário, ele é aqui considerado pouco realista.

Este artigo apresenta, então, um segundo cenário mais ‘realista’. Neste caso, presume-se uma desaceleração significativa na economia dos Estados Unidos, precipitada por um declínio abrupto dos gastos internos. Baseado nesse desaquecimento, o macromodelo mundial delinea seu impacto diferenciado nas várias regiões do planeta e nos principais países. O cenário presume, entretanto, não haver mudança significativa na política americana ou no regime de governança internacional.

⁶⁰ Este texto é um produto do projeto a longo prazo “Estratégias coordenadas globalmente para o desenvolvimento econômico”, realizado pelo Cambridge Endowment for Research in Finance (CERF) e pela Alphametrics Ltd. As contribuições de Francis Cripps, inclusive “World Trade and Income Model”, da Alphametrics, e suas recentes revisões daquele contexto estão no cerne desta pesquisa. Os pontos de vista pioneiros de Wynne Godley sobre a economia dos Estados Unidos e sua inovadora abordagem dos macromodelos foram extensamente usados. Tugrul Vehbi colaborou com este trabalho desde a sua concepção, em todas as suas facetas, com uma notável dedicação e capacidade. Os autores são gratos a todas essas contribuições. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução parcial ou total do conteúdo.

O terceiro cenário adota uma postura mais otimista, porém viável, que pode ser chamada de Cenário de Crescimento Coordenado. Contudo, sua viabilidade se baseia em profundas mudanças políticas, tais como: 1) um movimento rumo à correção dos graves desequilíbrios em conta corrente tanto nos países que tendem um grande déficit em conta corrente, quanto naqueles que apresentam um saldo positivo alto demais; 2) um avanço na transição dos países em desenvolvimento da produção de produtos primários para manufaturados, sustentada pelo aumento da integração comercial Sul-Sul; e 3) um aumento da eficiência energética (que nos parece essencial para qualquer cenário otimista). Esse cenário representa, acreditamos, uma opção em que todos, tanto países desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento, e inclusive os Estados Unidos, saem ganhando.

A seção 4 deste artigo apresenta conclusões acerca do exercício de criação de modelos, orientados principalmente pelo objetivo de extrair as principais lições políticas dos três cenários.

2. O enfoque de modelo

As estimativas empíricas deste trabalho se baseiam em dois tipos de modelos. Os padrões globais e as simulações se baseiam na versão revista do modelo da Alphametrics para o comércio e a renda mundiais, criado na década de 1980 por Francis Cripps e seus associados no Grupo de Política Econômica de Cambridge (CEPG). Quanto às tendências e extrapolações sobre a economia americana, sua abordagem baseia-se no modelo de Wynne Godley e no trabalho desenvolvido no Instituto de Economia Levy.

Gerando projeções para a economia dos Estados Unidos

As projeções macroeconômicas para os Estados Unidos foram compiladas, inicialmente, a partir de documentos produzidos pela administração oficial e por institutos de estatística norte-americanos (Escritório de Orçamento do Congresso [Congressional Budget Office - CBO], 2006; Congregação de conselheiros econômicos (Council of Economic Advisors - CEA), 2006; Escritório de Análise Econômica [Bureau of Economic Analysis - BEA]); pelas estatísticas do Federal Reserve, bem como por instituições como a Consensus Economics.⁶¹

61 A Consensus Economics, fundada em 1989, é a principal organização de levantamentos internacionais do mundo e pesquisa mais de 700 economistas, todo mês, para registrar suas previsões e pontos de vista. (<http://www.consensus-economics.com>)

Essas projeções principais são em seguida inseridas numa estrutura contábil de fluxos e valores mobiliários, e as tendências são geradas econometricamente como resultado de soluções de modelo. A essência dessas estimativas reside nas relações macroeconômicas delineadas no trabalho de Godley e Cripps (1983) e desenvolvidas posteriormente em Godley (1999) para a economia americana (ver ainda Godley, 2000; Godley e McCarthy, 1998; Godley e Izurieta, 2001; e Martin, 2001) e em uma série de publicações do Instituto de Economia Levy (Papadimitriou, Shaikh, Santos e Zezza, 2003, 2004, 2005). Izurieta (2005) operou uma revisão dessa estrutura gerando uma série consistente de ganhos de reavaliação por manutenção de ativos [holding gains] baseada na situação dos ativos e passivos de setores institucionais dos Estados Unidos.

Cenários gerados para a economia mundial

O modelo originalmente concebido por Francis Cripps no Grupo de Política Econômica de Cambridge foi desenvolvido em diversos artigos técnicos (por exemplo, o da Alphametrics, de 1987, disponível a pedidos). Esse trabalho está sendo atualizado e ampliado pela Fundação de Pesquisa em Finanças de Cambridge e pela Alphametrics, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio do Centro Internacional de Pobreza, de Brasília.

A nova metodologia (o modelo global CERF-Alphametrics, doravante designado CAM) possui características que não constavam do modelo original.⁶² Entre elas:

- A incorporação de valores mobiliários e fluxos financeiros ao modelo existente (ou seja, o modelo original da Alphametrics) de comércio e renda mundiais. Essa mudança permite a análise do impacto combinado de políticas fiscais, monetárias e estruturais.
- O desenvolvimento do modelo em três níveis — global, regional e nacional — num padrão de “geometria aberta”. Isso permite que os pesquisadores examinem as relações entre desenvolvimento nacional, regional e global.
- A construção de uma estrutura macro-econômica para gerar análises históricas e cenários baseados em hipóteses para a economia mundial e para os principais países e regiões.

⁶² Uma descrição analítica do novo contexto está disponível mediante pedido e será publicada em breve como um texto técnico.

As características centrais do modelo revisto utilizadas na geração dos cenários deste artigo são as seguintes:

a) O gasto interno se adapta tanto aos valores quanto aos fluxos mobiliários (o gasto é, especificamente, uma função tanto da renda quanto do estoque acumulado de riqueza).

Uma relação macroeconômica estável entre valores mobiliários e fluxos é postulada. Tal relação pode ser medida pela média de tempo [mean lag] em que a renda é completamente consumida (W. Godley e Cripps, 1983).

Essas proposições básicas fundamentam a nova Função Dispendio de Cambridge [Cambridge Expenditure Function], que foi o fulcro de uma controvérsia sobre ajuste macroeconômico nos anos 1970 e 80. Tais postulados, com modificações que levam ao desenvolvimento de um conceito mais abrangente de “estoque de riqueza” (isto é, em que são considerados empréstimos, influxos estrangeiros, *holding gains*) são também os principais componentes do modelo da economia americana.

Como o modelo CAM atual não leva em conta valores mobiliários, a relação estoque-fluxo é estimada a partir da premissa de que a propensão interna para gastar além da renda, em média, se aproxima de um, com um significativo *mean lag*.

Desse ponto de vista, a economia americana é um caso interessante. Os dispêndios desviaram-se da postulada relação “estável” entre estoque e fluxo. A conta corrente vem apresentando resultados deficitários há muito tempo e ainda assim a propensão ao gasto permaneceu acima de um. Duas interpretações são possíveis: 1) há uma guinada estrutural e o novo padrão dos Estados Unidos é continuar gastando mais do que recebe em renda, ou 2) essa posição não é sustentável e a economia retornará, em breve, a um padrão estável. Nós adotamos a segunda interpretação. Então, nossa função dispêndio interno para os Estados Unidos incorpora um limite derivado de uma assumida relação de longo prazo entre riqueza e renda.

b) As relações estoque-fluxo estáveis são, avaliadas para cada bloco, com diferenças especificadas para o *mean lag* e para a resposta dos fluxos comerciais aos dispêndios.

c) O gasto interno é influenciado pelas políticas fiscal e monetária, que respondem a pressões da balança de pagamentos.

A pressão para um ajuste é mais forte em países relativamente subdesenvolvidos e pode ser assimétrica (isto é, o ajuste crescente para o superávit é mais fraco do que o ajuste decrescente para o déficit).

d) A produtividade apresenta uma ótima resposta à demanda, especialmente em economias abertas. Tal elevação da produtividade é essencialmente “kaldoriana”: com o tempo, ela requer economias de escala e especialização, sustentadas pelo crescimento dos mercados (Kaldor, 1932 e, mais especificamente, 1986).

e) Uma dimensão fundamental do desenvolvimento é a substituição de tecnologias de produção de mercadorias primárias por tecnologias capazes de produzir mercadorias manufaturadas, à la Lewis (1954). Com o aprofundamento do desenvolvimento baseado na elevação da produtividade e na intensificação da especialização, recursos liberados no setor primário são transferidos para o secundário. Para que ocorra esse processo, é necessário haver um crescimento da demanda, como na proposta de Kalecki (1976), posteriormente formalizada por FitzGerald (1993).

f) A distribuição da demanda, da renda e da produtividade no CAM é orientada pelo poder do mercado, bem como pela disponibilidade de recursos primários. Os acordos regionais de comércio têm o potencial de acelerar o crescimento em regiões em desenvolvimento porque o efeito da demanda agregada pode ter uma influência significativa sobre a produtividade.

g) O crescimento econômico global é limitado pelos recursos disponíveis e por restrições ambientais. Praticamente todos os blocos apresentam aumento do consumo de matérias-primas, especialmente de energia. Uma vez que o suprimento é limitado pelos investimentos correntes, infra-estrutura e tecnologia, períodos de crescimento econômico sustentado podem ter como consequência um aumento substancial dos preços. Donde as seguintes implicações: (i) nem todos os países vão abandonar a produção de matérias-primas e energia porque os ganhos continuarão suficientemente atraentes; e (ii) todos os países podem obter novos ganhos de produtividade com um uso mais eficiente de energia e de matérias-primas. A longo prazo, os preços poderão cair porque a tecnologia e os padrões de consumo terão mudado.

h) Atualmente, o CAM pode levar em conta, em boa medida, as limitações ao crescimento e ao desenvolvimento evidenciadas nos “modelos nacionais de três hiatos” (Bacha, 1990; Taylor, 1993). O enfoque de modelo global pode esclarecer os gargalos e permitir que os recursos fluam implicitamente para os países em desenvolvimento mais pobres (ver também Cripps e Godley, 1978). Todavia, o complicado problema de incorporar os fluxos mundiais de financiamento para o desenvolvimento, como se demonstrou em Vos (1994) e FitzGerald e Vos (1991), não será resolvido até que um CAM modificado incorpore fluxos e estoques financeiros ao modelo. Por enquanto, as soluções de modelos presumem que as

instituições internacionais possam alocar títulos financeiros como os SDRs (Special Drawing Rights / Direitos Especiais de Saque), e direcionar a AOD (Official Development Assistance / Assistência Oficial para o Desenvolvimento) de países ricos para países pobres, visando um pontapé inicial que estabeleça um padrão acelerado de crescimento, comércio e desenvolvimento.⁶³

i) O método CAM difere da visão dominante não somente por seu manejo das dinâmicas macroeconômicas, mas, também, por seu escopo. Ele não apresenta previsões, apenas cenários. Processos históricos e padrões estilizados derivados das estruturas macroeconômicas existentes são utilizados com o objetivo de gerar cenários internamente consistentes e plausíveis, baseados no acúmulo de ativos e passivos, alterações nas estruturas e choques de preços. Embora o CAM possa ser utilizado para criticar as previsões dos modelos convencionais, o fundamental é que ele pode fornecer linhas gerais a partir das quais se pode pensar sobre como os sistemas econômicos contemporâneos funcionam, e como eles podem ser alterados para se avançar rumo ao bem-estar do ser humano.

3. Cenários para a economia mundial

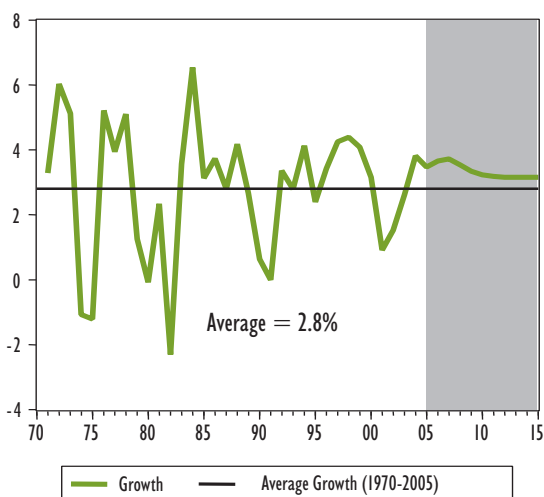
Nesta seção expõem-se três principais cenários globais. O primeiro apresenta o padrão de crescimento da economia americana e da economia mundial aceito pelos formuladores da política econômica americana e pelas instituições financeiras internacionais. O cenário incorpora esse suposto padrão ao modelo de renda e comércio mundiais com o propósito de gerar as conseqüências macroeconômicas dele decorrentes. O segundo cenário descreve desdobramentos considerados mais realistas, ou seja, uma desaceleração significativa da economia dos Estados Unidos, com corolários adversos para a economia mundial. O terceiro cenário propõe uma alternativa mais otimista, que envolve a correção das disparidades globais e uma aceleração sustentável do crescimento. Mas esse cenário requer mudanças estruturais e um considerável aprofundamento da coordenação política internacional, especialmente entre países em desenvolvimento.

63 A propósito do debate sobre os papéis da assistência oficial ao desenvolvimento e os investimentos externos diretos, sugere a evidência empírica que, uma vez aperfeiçoadas as condições, tendem a aparecer fluxos de capital privado (FitzGerald, Jansen e Vos, 1992). Neste texto, o financiamento é uma questão que surge quando é discutido algum cenário ditado por uma política (cenário 3, na seção 3) e a entrada de investimentos estrangeiros diretos é assumida como resposta ao crescimento daí decorrente.

Cenário 1: a “previsão consensual de crescimento”

De acordo com o ponto de vista oficial nos Estados Unidos, espera-se que a economia cresça 3,4% de 2005 a 2009 e 3,2% de 2010 a 2015. Essa taxa projetada ultrapassa a taxa média de crescimento americano no período 1970-2005, de 2,8% (ver gráfico 1). Examinando essa projeção à luz do nosso modelo de renda e comércio mundiais, concluímos que, diante da estrutura atual da economia dos Estados Unidos e do desequilíbrio mundial, ela não é realista. Os principais eixos de nossa análise são traçados abaixo.

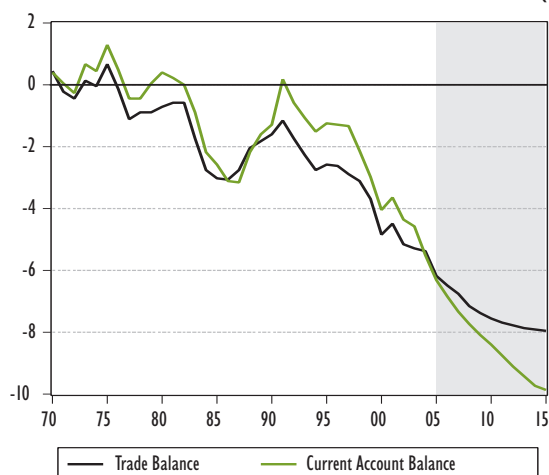
Gráfico 1: Crescimento da renda dos Estados Unidos



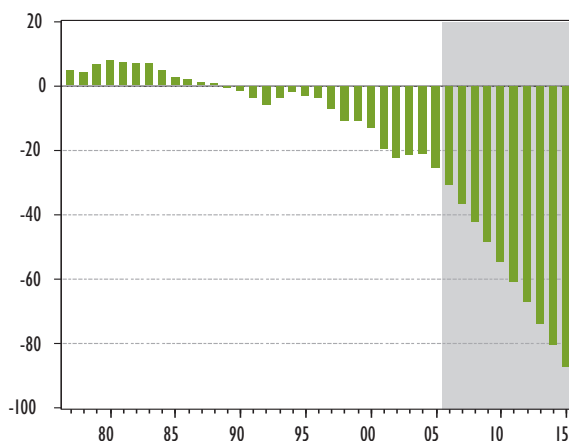
O impacto sobre o setor externo

Nosso principal argumento é que, se a economia americana crescesse na taxa proposta acima, a deterioração de sua balança comercial se aceleraria. Mesmo partindo de premissas conservadoras, nosso modelo mundial estima que o saldo da balança comercial deveria cair de -6,3% do PIB para, pelo menos, -8% do PIB em 2005 (Gráfico 2).

Também é evidente que a balança de conta corrente ficaria ainda pior. Se a balança comercial se deteriorasse nos próximos anos, a situação da dívida líquida dos Estados Unidos a seguiria na mesma direção. O aumento da imensa dívida acumulada pelos Estados Unidos implicaria num fluxo crescente de pagamentos de fatores no exterior. Usando suposições moderadas em relação a juros e pagamento de dividendos, assim como em relação a remessas e transferências, calculamos que o saldo em conta corrente se aproximaria de -10% do PIB até 2015 (Gráfico 2).

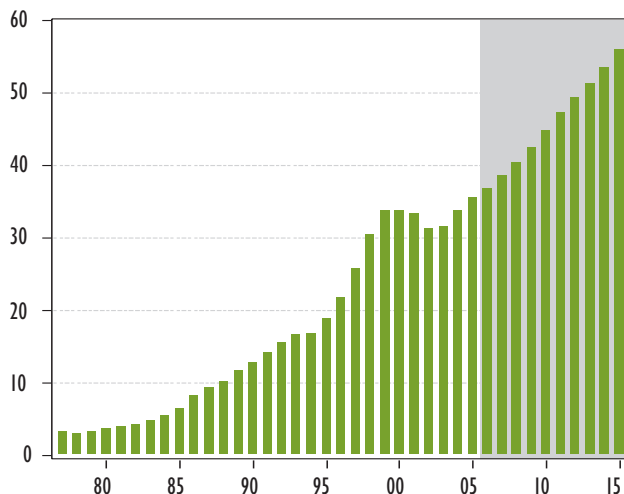
Gráfico 2: Saldo comercial e de conta corrente nos Estados Unidos (% do PIB)

A dívida líquida dos Estados Unidos representa atualmente aproximadamente 30% da renda nacional. Se, conforme nossas previsões, o déficit em conta corrente continuar a crescer, em 2010 a dívida líquida dos Estados Unidos frente ao resto do mundo subirá para mais de 50% da sua renda nacional e, em 2015, para mais de 80% (Gráfico 3). Em outros países, níveis muito menores de dívida externa têm abalado a confiança dos investidores internacionais. É provável que o mesmo aconteça, em algum momento, com a economia norte-americana.

**Gráfico 3: Situação da dívida líquida dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo
Níveis históricos e projetados (% do PIB)**

Muitos analistas da economia americana ainda são complacentes a respeito do acúmulo da dívida externa. Eles vêem a manutenção dos fluxos de capital para os Estados Unidos como um sinal de confiança dos investidores internacionais. No entanto, quando não-residentes adquirem títulos norte-americanos, há uma transferência de titularidade para o exterior. Por exemplo, o total de investimentos estrangeiros (públicos e privados) em títulos e ações do setor privado americano responde por 37,5% do valor total de ativos privados⁶⁴. Extrapolando as tendências atuais, em 2015 os recursos em mãos de estrangeiros somariam mais de 55% do capital privado norte-americano (Gráfico 4).

**Gráfico 4: Investimento estrangeiro financeiro no setor privado americano
(% do Total de Ativos privados)**



Tendências similares afetariam a titularidade dos valores mobiliários do governo americano. O controle estrangeiro já se aproxima de 70% do valor total dos ativos financeiros do governo e pode atingir até 90% em cinco anos.⁶⁵

⁶⁴ Ver a Tabela de Situação Internacional do Escritório de Análise Econômica (BEA) e as folhas da balança do “Fluxo de Verbas” do Federal Reserve e as tabelas de reconciliação B.102 e R.102.

⁶⁵ O total de dívidas financeiras do governo americano excede seu capital financeiro aproximadamente em quatro vezes. No caso das corporações, comparamos as obrigações externas com o valor total de ativos (físicos e financeiros), de acordo com o registrado em seus balanços patrimoniais. Para o conjunto das instituições governamentais, essa perspectiva não é possível por causa das convenções contábeis. Não é possível, por exemplo, incluir bens físicos a preço de mercado; as tabelas do Fluxo de Fundos registram apenas, portanto, os ativos financeiros. Nossa estimativa de ativos e obrigações do governo, no futuro, incorpora a suposição do Escritório de Orçamento do Congresso (Congressional Budget Office - CBO) de que o déficit diminuirá e, eventualmente, tornar-se-á lucro. Dessa forma, a partir de 2013, a relação entre dívida externa e os ativos do governo começará a cair para um pouco abaixo dos 90%.

As conseqüências para os setores domésticos nos Estados Unidos

Por causa do escoamento de bens para fora da economia americana devido aos crescentes déficits em conta corrente, a projeção consensual para o crescimento só é plausível se o setor público interno ou o setor privado incrementarem substancialmente a demanda agregada para a economia. Mas quais são as condições macroeconômicas implícitas sob as quais esses setores poderiam desempenhar tal papel?

Os saldos financeiros das contas externas, do setor privado e do setor público estão intrinsecamente ligados entre si pela lógica contábil e macroeconômica. Como foi recorrentemente explicado por Wynne Godley em uma série de publicações (Godley 1995, 1996, 1999; Godley e Martin, 1999), se o saldo em conta corrente é determinado pela força do crescimento interno e externo, dado o saldo da balança financeira de um dos dois setores, o saldo do terceiro o segue obrigatoriamente. Essas inter-relações, que derivam estritamente da principal identidade macroeconômica que define a renda nacional, são apresentadas abaixo:

$$1) (Y-T-EXP) \equiv (G-T) + (X-IM-NFP)$$

onde $(Y-T-EXP)$ é o superávit do setor privado (renda menos impostos menos gastos privados); $(G-T)$ é o déficit governamental (despesas menos impostos) e $(X-IM-NFP)$ é o superávit em conta corrente (exportações menos importações menos pagamentos e transferências de fatores líquidos).

Embora a Equação 1 seja uma identidade, o arranjo dos termos visou a sugerir a direção de causalidade que é presumida no “prognóstico de consenso” (que será por nós criticada adiante). Do lado direito, temos dois termos em parênteses. O déficit governamental $(G-T)$ é encarado como um resultado determinado pelas medidas tomadas, basicamente sob o controle exercido pelo governo. A balança de conta corrente $(X-IM-NFP)$ é determinada pelos padrões assumidos de crescimento da economia mundial e americana. Conseqüentemente, o valor do lado esquerdo, que apresenta a poupança líquida do setor privado $(Y-T-EXP)$, deriva logicamente da identidade contábil, ou seja, dos valores dos termos à direita. Como mostraremos a seguir, isso não é apenas um corolário da contabilidade nacional. Pauta-se também por uma lógica macro-

econômica. O papel do setor privado *precisa* tornar-se o principal motor nos gastos da economia americana.⁶⁶

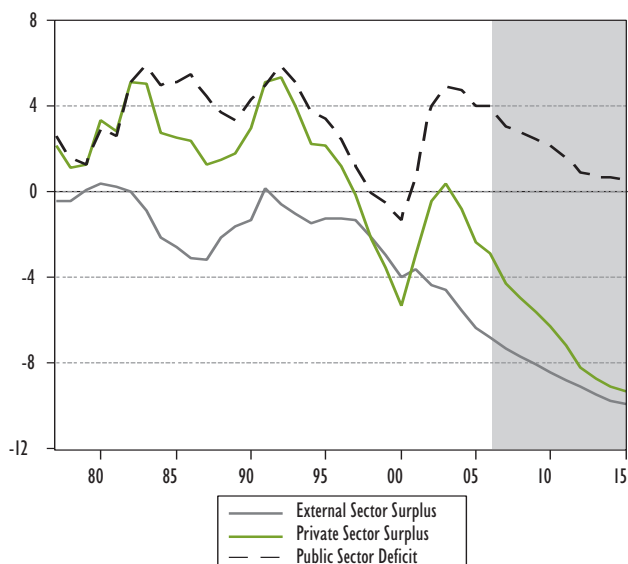
No gráfico 5 abaixo, o superávit em conta corrente, que oscilou em torno de zero antes dos anos 1980, ficou negativo na década de 1980, recuperou-se em fins dos anos 1980 e começo dos 1990 e, então, tornou a cair à medida que as importações superavam progressivamente as exportações. Em relação ao PIB, nos últimos anos o déficit em conta corrente atingiu níveis nunca antes alcançados. Em linha com a equação 1, o setor governamental é definido como um déficit, isto é, como uma “exigência de empréstimos ao setor público” (os pontos acima da linha zero indicam que o governo gasta mais do que fatura em receita). Historicamente o setor público tem estado em déficit, com exceção dos últimos anos do governo Clinton. Nos três primeiros anos deste século, o setor público voltou rapidamente a ser deficitário. A perspectiva oficial postula, de modo muito otimista, que o déficit geral do governo cairá nos próximos anos e se aproximará de zero, conforme assinalado no gráfico 5.⁶⁷ Essa suposição coloca um pesado fardo sobre os demais setores para reagirem a uma tendência tão recessiva.

Uma vez assumida a exigência de empréstimos ao setor público conjuntamente com o déficit em conta corrente, o superávit privado (ou a aquisição líquida de ativos financeiros pelo setor privado americano) é também determinado. Assim, a terceira linha assinalada no gráfico 5 — a linha referente ao setor privado — apresenta um superávit antes do final da década de 1990 e um déficit a partir de 1996. O declínio na balança do setor privado na última década e meia reflete a tendência pela qual o gasto total (consumo e investimento residencial) vem ultrapassando cada vez mais a renda disponível (receita menos impostos).

66 Em termos macroeconômicos, não faz sentido supor que os três principais setores definidos acima possam conduzir seu próprio processo de ajuste independentemente um do outro. Tal pressuposto destaca a contradição inerente às metodologias mais convencionais para macromodelos. Das duas uma: 1) ou a economia cresce conforme o projetado e o setor privado precisa gastar além do que pretendia para fazer isso acontecer, 2) ou o setor privado restringe seus gastos e não ocorrerá a taxa de crescimento projetada.

67 Documentos da CBO registram o déficit do Governo *Federal* em anos fiscais, enquanto a identidade contábil acima derivada requer a utilização do déficit do Governo *Geral* (governos federal mais central mais municipal) em anos de calendário. Em 2005, este fechou em aproximadamente 500 bilhões de dólares, enquanto o CBO registrou déficit de 320 bilhões para o ano fiscal de 2005. Em nossa estimativa, pegamos a tendência apontada pelo CBO e aplicamo-la da mesma forma ao déficit do governo não-federal.

Gráfico 5: Situação da poupança líquida dos principais setores da economia dos Estados Unidos: Privado, público e externo (% do PIB)



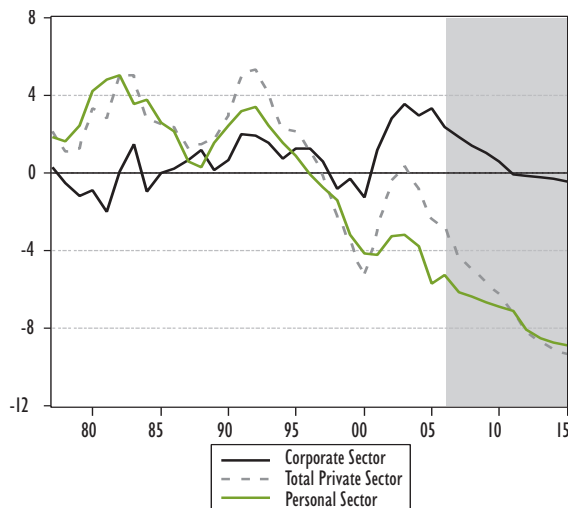
No gráfico 5, o déficit em conta corrente se aproxima de -10% do PIB em 2015, como dito acima. Como a demanda por empréstimos públicos é projetada para aproximar-se de zero em 2015, a responsabilidade de compensar a ausência de demanda agregada recai sobre o setor privado. Decorre daí que esse setor tem que gastar muito mais do que fatura em receita, e isso numa escala cada vez maior. Em outras palavras, ele tem que se tornar um tomador de empréstimos muito maior.

Dessa forma, o déficit do setor privado converge para o nível do déficit em conta corrente em 2015. E esta é uma condição necessária para que a taxa de crescimento projetada pelo “Prognóstico de Consenso” para o crescimento seja atingida.

A fim de aprofundar a análise, desagregaremos o setor privado em negócios e demandas domésticas. O setor privado tem oscilado de maneira típica entre situações de déficit pequeno (durante expansões econômicas) e pequenos ganhos (durante recessões econômicas). No momento, a balança financeira do setor privado vem apresentando um superávit sem precedentes, causado em parte pelo seu ajuste após o aperto financeiro vivido na última recessão, e em parte pela sua contínua relutância em investir (ver Gráfico 6).

Pressupomos que, baseado em padrões históricos, o setor privado se somará à demanda agregada nos próximos anos. Seu superávit financeiro tornar-se-á provavelmente um pequeno déficit de aproximadamente -0,5% do PIB.⁶⁸ Segundo a lógica contábil, a des-poupança líquida do setor pessoal precisa alcançar aproximadamente 10% do PIB em 2015, como mostra o gráfico 6. Isso é compatível, em termos contábeis macroeconômicos, com as tendências projetadas para a conta corrente e o orçamento do governo.

Gráfico 6: Poupança privada desagregada: setores privado e doméstico (% do PIB)

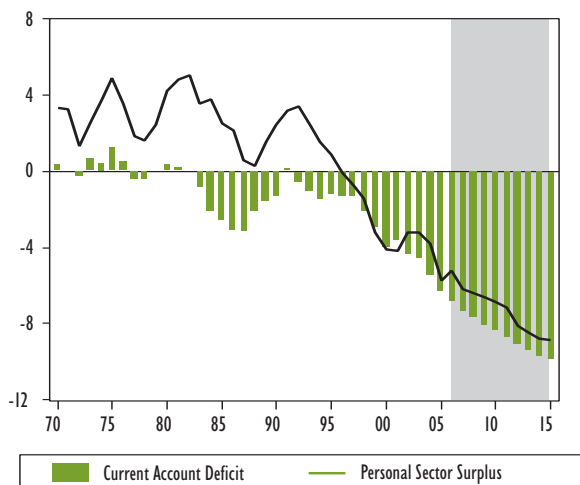


Tal consistência implica em que, dados os saldos futuros em conta corrente e de gastos governamentais, a economia americana *somente* poderá alcançar a taxa de crescimento projetada *se* o setor doméstico gerar a demanda agregada adicional (o que já foi por ele logrado no passado). De fato, desde o começo da década de 1990, o setor doméstico vem sendo a locomotiva da demanda agregada norte-americana. Isso vem atestado no gráfico 7, em que a poupança líquida do setor doméstico (renda disponível menos total de gas-

⁶⁸ Ao tomarmos um pequeno déficit para o setor privado quando, de fato, sua média histórica tem sido um ganho de aproximadamente 0,5% do PIB, estamos estabelecendo que o setor doméstico vai acabar numa situação financeira um pouco menos precária da que adviria de outra forma.

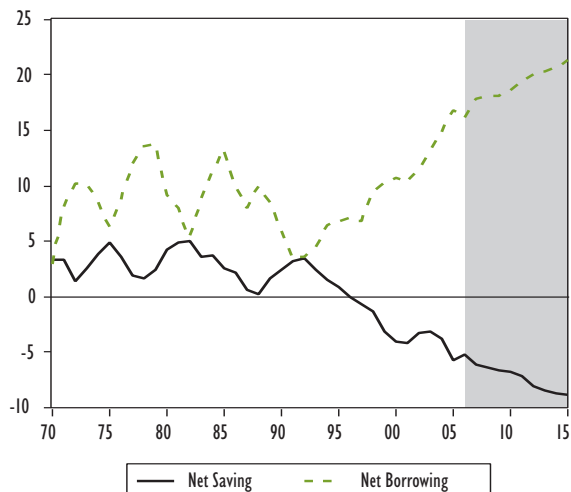
tos) se tornou negativa por volta de 1997 e é projetada como continuando a cair até 2015. O gráfico 7 também mostra que a tendência do setor doméstico é convergente com a de conta corrente. Em outras palavras, o gasto excessivo de receita por parte do setor doméstico compensa o arrastão na demanda agregada, provocado por déficits em conta corrente (à proporção que o saldo do setor público se aproxima de zero). A conseqüente ênfase dada atualmente ao equilíbrio das contas públicas é um remédio prescrito para os excessos do setor privado. Exploramos abaixo as condições sobre as quais se assenta tal prodigalidade do setor privado.

Gráfico 7: Saldos financeiros do setor doméstico e do setor externo (% do PIB)



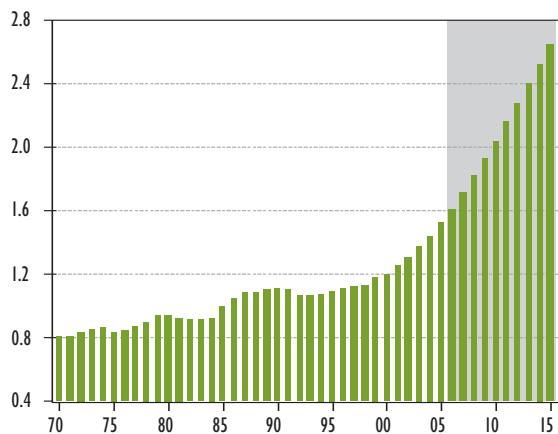
O declínio da poupança líquida do setor doméstico só será possível através do aumento de empréstimos ou da erosão de seu patrimônio financeiro. Efetivamente, os empréstimos do setor doméstico já alcançaram a taxa recorde de 26% da renda domiciliar disponível. A continuidade dessa propensão é necessária para que se efetive a previsão consensual para o crescimento econômico americano. O gráfico 8 mostra que a poupança líquida e o crédito líquido do setor doméstico estão se movendo, como se poderia esperar, em direções opostas. Todavia, o movimento de um não reflete exatamente o outro porque têm ocorrido algumas variações no inventário da riqueza financeira do setor.

**Gráfico 8: Poupança e empréstimos líquidos do setor doméstico
(% da Renda Disponível)**



Uma vez que o setor doméstico continuou a tomar empréstimos, seu nível de dívidas, em relação à renda disponível vem se acelerando desde o começo da expansão nos anos 1990, subindo de 107% de sua renda, naquela época, para o nível atual de 155%. Se tal padrão de gastos e créditos se mantiver, as dívidas pessoais aumentarão ainda mais, chegando a 250% das receitas até 2015 (Gráfico 9).

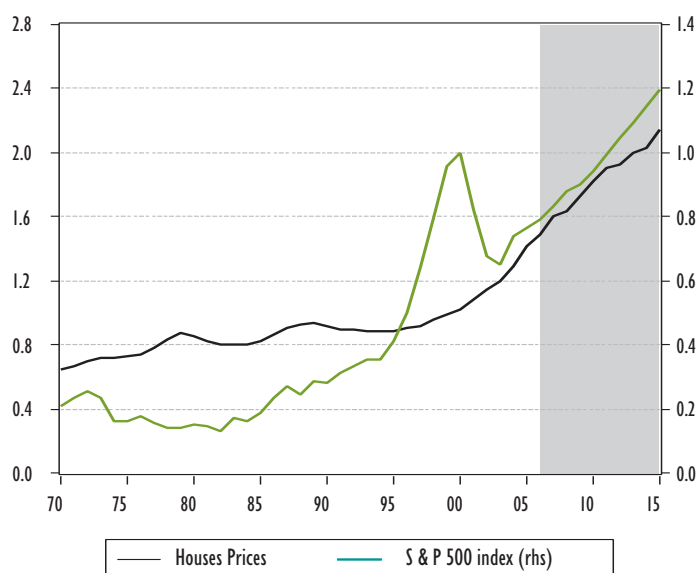
**Gráfico 9: Dívida total do setor doméstico
(% da Renda Disponível)**



Mas por que o setor doméstico continua a se endividar tanto? E por que o setor financeiro continua a conceder-lhe empréstimos? A principal razão é que os ativos do setor doméstico continuam a se valorizar. Além disso, as baixas taxas de juros ajudaram a conter o aumento de suas obrigações financeiras. Mas não parece provável que as taxas de juros se mantenham baixas no futuro se a economia crescer de acordo com a previsão consensual. Então, para que os domicílios estejam preparados para suportar níveis mais altos de endividamento, a valorização de seus bens pessoais precisará continuar acelerando. Os aumentos resultantes em seu patrimônio líquido lhes permitiriam continuar a pegar empréstimos.

Mais especificamente, essa tendência ascendente dos gastos do setor doméstico só pode continuar se persistir uma configuração de preços de ativos similar àquela traçada no gráfico 10. Tal valorização asseguraria que o valor líquido do setor não sofresse desgaste em função do acúmulo da dívida. Os valores das ações no mercado de títulos norte-americano e o valor dos imóveis têm que continuar subindo numa velocidade cada vez maior do que a taxa da inflação ⁶⁹.

Gráfico 10: Preços de ativos: imóveis e títulos
(Índices em termos reais, utilizando o deflator do PIB)



⁶⁹ Nós deflacionamos os preços de ambos — títulos e imóveis — pelo deflator do PIB para o período até 2005, e pelo deflator do PIB estimado pelo CBO para o período projetado até 2015.

Resumindo: os limites da “previsão consensual”

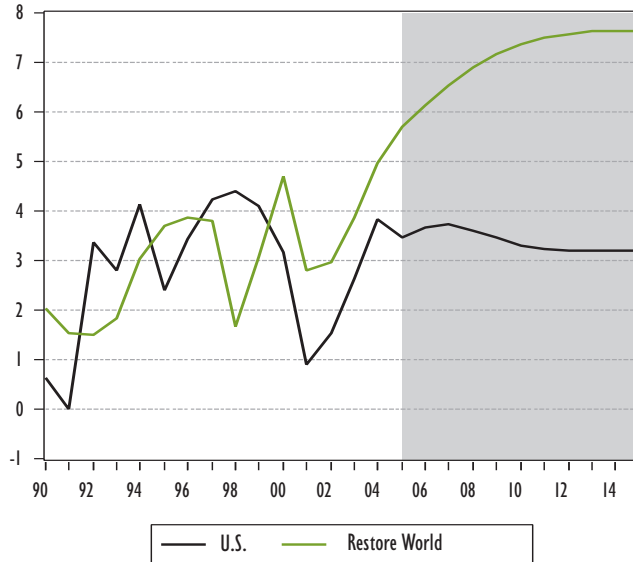
Tratamos acima das implicações do Cenário de Crescimento Consensual para a estrutura de demanda agregada, fluxos de crédito, obrigações financeiras e preços de ativos na economia americana. Não se trata aqui de pressupostos. São conseqüências logicamente derivadas do ponto de vista consensual, levando-se em conta a estrutura macroeconômica e a dinâmica subjacentes à economia dos Estados Unidos.

Se não ocorrerem mudanças políticas que estimulem o setor externo e se os déficits fiscais continuarem a encolher, o motor da manutenção da expansão econômica americana terá que ser o setor domiciliar. Como resultado, o déficit em conta corrente vai se expandir e a situação da dívida dos Estados Unidos vai inflar até proporções similares às experimentadas por muitas economias em desenvolvimento. Porém, contrariamente à experiência histórica, prevalece a expectativa de que os investidores internacionais continuarão confiantes na economia dos Estados Unidos e de que seus habitantes continuarão complacentes em relação à conseqüente transferência de titularidade sobre ativos americanos para o exterior. Espera-se que os lares continuem gastando, mesmo quando o nível de suas dívidas tiver ultrapassado o dobro de sua receita e os preços de seus bens tiverem subido apenas 50% em relação ao valor atual. Como deveria ser óbvio, todo esse quadro de condições projetadas é muito improvável.

O impacto do crescimento americano sobre a economia mundial

Qual é o impacto na economia mundial do cenário consensual para a economia americana? Voltemos agora a esta questão crucial.

Os Estados Unidos têm sido os principais condutores do crescimento global através da geração de déficits externos sem precedentes. Isso se traduziu numa demanda crescente pelas exportações do resto do mundo. Juntamente com o dos Estados Unidos, o crescimento dos principais países que vêm obtendo grandes ganhos em suas contas correntes, como a China, impulsionou a demanda global por energia e matérias-primas. Isso gerou mais demanda para as exportações de produtos primários dos países em desenvolvimento. O gráfico 11 mostra que o cenário consensual implica numa taxa de crescimento para o resto do mundo que chegará perto de 8% em 2015.

Gráfico II: Crescimento da renda nos Estados Unidos e no resto do mundo

A Tabela 1, abaixo, dá mais detalhes sobre as taxas de crescimento dos vários blocos e de alguns dos principais países. As atuais previsões de crescimento, que se situam sob os pressupostos dominantes e dependem da não realização de mudanças estruturais ou políticas, são excessivamente otimistas. Por exemplo, a Europa Ocidental e o Japão podem experimentar uma expressiva aceleração do crescimento. A taxa de crescimento do Japão poderia subir de 1% — índice dos últimos cinco anos — para uma média de 2,8% entre 2006-2015. Enquanto o mundo desenvolvido, como um todo, poderia crescer a 3,5% entre 2006-2015, o mundo em desenvolvimento poderia crescer num ritmo muito mais rápido: a 10%. Isso equivale a um aumento de aproximadamente 2/3 na taxa de crescimento dos países em desenvolvimento, que subiu à razão de apenas 6% nos últimos cinco anos. No bloco dos países em desenvolvimento, a China e o Oriente Médio poderiam crescer de modo ainda mais acelerado entre 2006 e 2015, respectivamente a 10,8% e a 12,1%. A Ásia em desenvolvimento (que exclui a China) cresceria mais devagar, isto é, a 10,5%. Até a África⁷⁰ poderia crescer de modo

⁷⁰ Essa categoria inclui os exportadores de petróleo da África do Norte mas exclui os da África do Sul, que foram agrupados em Outros países desenvolvidos. No presente modelo, utilizamos a estrutura estatística legada pelo agrupamento "tradicional" de países estabelecido nos anos 1970 e ainda presente nas matrizes comerciais das Nações Unidas. Numa versão nova e expandida do nosso modelo mundial, utilizaremos a base de dados completa da Comtrade disponibilizada pelo UN-DESA (Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas) com o fim de agrupar os países de forma mais consistente.

relativamente rápido, a 9%. A América em desenvolvimento é a que crescerá mais devagar entre as regiões em desenvolvimento, a saber, a 6,9% (por causa da queda do crescimento americano até 2015).

**Tabela I: Crescimento da renda no cenário de crescimento consensual
(os blocos de países estão descritos no Anexo)**

	Consensus Growth			
	2001-05	2005	2006-15	2015
World	3.7	5.0	6.7	7.2
Non U.S. (rest of the world)	4.1	5.5	7.5	7.9
Developed	2.0	2.5	3.5	3.5
United States	2.4	3.5	3.4	3.2
Western Europe	1.7	2.1	3.5	3.8
Japan	1.0	0.8	2.8	2.0
Other Developed	3.3	5.1	5.1	5.2
Eastern Europe	3.8	3.9	5.0	5.8
Former USSR	7.6	10.7	9.0	8.7
Developing (D'ing)	6.0	8.1	10.0	10.0
D'ing Asia (exc.China)	5.5	7.7	10.5	10.1
China	8.9	9.6	10.8	10.9
D'ing America	3.0	6.7	6.9	6.2
D'ing Africa	5.2	7.7	9.0	10.0
Middle East	6.0	7.2	12.1	13.3

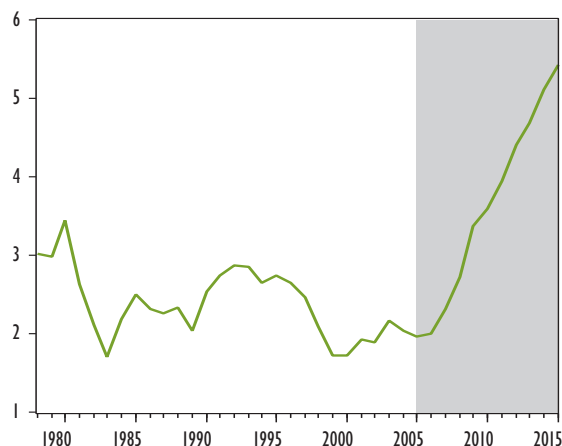
Limites energéticos ao crescimento global

Um problema crítico em relação ao ritmo de crescimento global projetado pelo cenário consensual é que ele negligencia o desafio colocado pelo aumento da demanda por energia. O suprimento de energia e de outras matérias-primas provavelmente imporá uma grande restrição ao crescimento global. Nosso modelo estima que as necessidades de energia nos próximos dez anos serão formidáveis.⁷¹ Por exemplo, o ritmo de crescimento da demanda de energia foi projetado para seguir um padrão similar ao delineado no gráfico 12.⁷²

71 A solução simultânea para a equação do subconjunto de energia no modelo mundial incorpora as condições de fornecimento e de demanda. O lado do fornecimento incorpora as expectativas de longo prazo de produção, capacidades físicas e preços por parte de instituições governamentais e empresas de petróleo. O lado da demanda baseou-se nos padrões de longo prazo das exigências energéticas referentes ao efeito útil (com a elasticidade desviada da receita igual a aproximadamente um, na maioria dos blocos) e nas premissas sobre melhorias na economia de energia em resposta a aumentos relativos de preços (com as elasticidades fixadas na altura de 15 a 30 %, sendo elas mais altas nos blocos importadores de óleo bruto do que nos de exportadores de petróleo).

72 Cada ponto no gráfico representa a média dos 10 anos anteriores de taxas de crescimento.

Gráfico 12: Demanda de energia
(Índice médio de crescimento ao longo de dez anos para cada ponto)

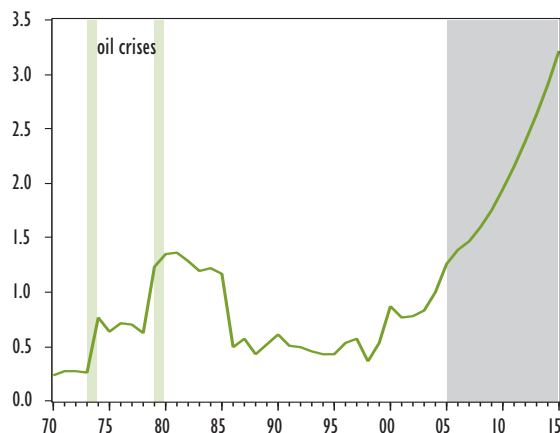


De 1995 a 2004, a taxa média de crescimento do gasto de energia ficou em torno de 2% (isto é, o ponto representado por 2004). Entretanto, nós calculamos que o cenário consensual de crescimento para a economia global implicaria em um aumento da taxa média de crescimento de uso de energia durante os próximos 10 anos para aproximadamente 5,5 % (isto é, aproximadamente duas vezes e meia a taxa anterior). Mas tal taxa de crescimento no uso da energia nunca foi alcançada — nem sequer nos picos de preços de petróleo durante os anos 1970.

Mesmo se fosse possível lidar com um tamanho crescimento da demanda por energia, os limites do fornecimento levariam a uma escalada espetacular dos preços. Nossas previsões estão condensadas no gráfico 13. Depois de 2005, o preço real da energia (ajustado pelos preços dos manufaturados) começaria a exceder em muito aqueles alcançados durante as duas crises anteriores do petróleo, nos anos 1970.

Um problema similar deve surgir do aumento de demanda por bens manufaturados decorrente do crescimento projetado da renda mundial. Para contornar o problema, várias mudanças importantes seriam necessárias: um uso mais eficiente de matérias-primas e um aumento da produtividade que podem advir, em parte, de maior diversificação da produção dentro dos blocos regionais, e de maior comércio interblocos e intra-blocos. Essas melhorias reduziriam os custos e ajudariam a reduzir as disparidades macroeconômicas interblocos e intra-blocos. Elas implicam, entretanto, em mudanças estruturais importantes.

**Gráfico I3: Índice de preço da energia
(Ajustado pelo preço dos manufaturados)**



Resumindo: o cenário consensual do crescimento

Será plausível a taxa de crescimento mundial prevista pelo cenário consensual? Pelas várias razões detalhadas acima, acreditamos que ela seja muito improvável.

O aumento da demanda por energia e a escalada em seus preços representam apenas um dos limites impostos ao crescimento global. Limites semelhantes seriam impostos pelo fornecimento de matérias-primas e pela produção de manufaturados.

A importância atual do déficit em conta corrente americano (que alcançou US\$ 900 bilhões no fim de 2005) é absolutamente sem precedentes. A piora da situação da dívida líquida dos Estados Unidos frente ao resto do mundo só iria intensificar esse déficit. Em algum momento, a confiança dos investidores estrangeiros na economia americana se esvairá. As pessoas físicas teriam de assumir a enorme tarefa de fornecer o estímulo central, por meio de seus gastos, à economia americana. Infelizmente, isso só seria possível mantendo-se o atual frenesi de acúmulo de empréstimos e dívidas — num nível muito maior do que qualquer média histórica.

As tendências projetadas se tornariam cada vez mais vulneráveis a mudanças no valor dos ativos, nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços (especialmente de matérias-primas e energia). A dinâmica global estaria muito mais sujeita a uma queda abrupta do que a um período de expansão sustentável. A consequência mais verossímil seria uma ruptura súbita no gasto das famílias em função da

exaustão do crédito domiciliar. Uma redução da valorização dos bens poderia ser o gatilho, exacerbado por um aumento das taxas de juros necessárias para conter a saída de capitais. Em consequência, os Estados Unidos entrariam numa recessão.

O momento inicial e o ritmo do declínio econômico são difíceis de prever. No entanto, a direção e a ordem de importância parecem claras. Apresentaremos agora o cenário mais provável, se não forem empreendidas importantes mudanças políticas e reformas estruturais na economia mundial. Mais abaixo, no terceiro cenário, apresentaremos recomendações gerais sobre como um cenário tão negativo pode ser evitado, e como uma saída benéfica para vários blocos de países, e especialmente para os países em desenvolvimento, pode ser obtida.

Cenário 2: uma drástica desaceleração na economia americana

Uma ruptura no padrão atual de crescimento global, provocada inicialmente pela redução do ritmo dos gastos domiciliares nos Estados Unidos, é uma consequência plausível para o balanço macroeconômico mundial vigente, se não forem tomadas medidas políticas para evitá-la. Esse cenário não deve ser tomado como uma previsão, mas como um ajuste logicamente decorrente da análise dos padrões estruturais da demanda agregada e do débito financeiro dos Estados Unidos. São centrais para essa dinâmica: 1) previsíveis relações estoque-fluxo entre gasto, poupança e acúmulo de riqueza, e 2) as consequências prováveis do padrão de empréstimos dos domicílios e demais unidades econômicas.

Relações estoque-fluxo e “confiança especulativa”

Nas economias capitalistas contemporâneas, o gasto segue um padrão em que os domicílios, em seu conjunto, aplicam certa proporção de sua renda na acumulação de riqueza financeira. Sua meta de nível de riqueza desejado, adequadamente medida, tende a manter uma relação estável com a renda (ver Godley & Cripps, 1983).

A razão disso é que se avalia que esse valor-alvo possa gerar no futuro um fluxo de renda semelhante ao atual. Mas o modo pelo qual os agentes, em seu conjunto, “medem” sua riqueza financeira é um ato de “confiança especulativa” em seu valor futuro (Ver quadro 1). Uma vez que, em circunstâncias normais, os agentes não sabem realmente quais serão as condições futuras, eles seguem uma “convenção” pela qual projetam a atual situação dos negócios num prazo mais longo.

Assim, se ambos — o crescimento da renda e o crescimento da riqueza financeira — seguissem um padrão previsível, a razão entre a riqueza financeira acumulada e a renda poderia permanecer estável. Todavia, se durante determinado período o valor da riqueza financeira subir numa velocidade consideravelmente maior do que a renda, os agentes, coletivamente, considerariam estar acumulando “mais riqueza” do que esperavam para o futuro. Como resultado, passariam a poupar menos. Isso parece ser a chave para a compreensão do comportamento dos domicílios nos Estados Unidos desde o início da expansão nos anos 1990. O mercado de títulos estava prosperando e o valor da riqueza financeira acumulada estava subindo.

Porém, esse processo de erosão da poupança não pode continuar indefinidamente. Há duas razões principais. Uma, associada ao preço dos bens e às normas de estoque-fluxo, é discutida aqui. A outra razão diz respeito ao comportamento dos que tomam empréstimos e será analisada na próxima seção.

Somente se os preços dos bens nos Estados Unidos continuassem a subir poderiam os domicílios ter a impressão de ver confirmada sua “convenção” de que o valor da riqueza financeira já acumulada se encontra alto demais comparado com a renda, e seriam então motivados a reduzir sua poupança. O curso requerido de valorização da riqueza necessária para provocar esse comportamento encontra-se sistematizado no gráfico 10. Como é muito pouco provável que os preços dos bens continuem seguindo tal tendência, o valor da riqueza do setor familiar poderá não subir como se espera. Em resposta, as famílias começariam a poupar em vez de continuar a aumentar a demanda agregada gastando no nível atual.

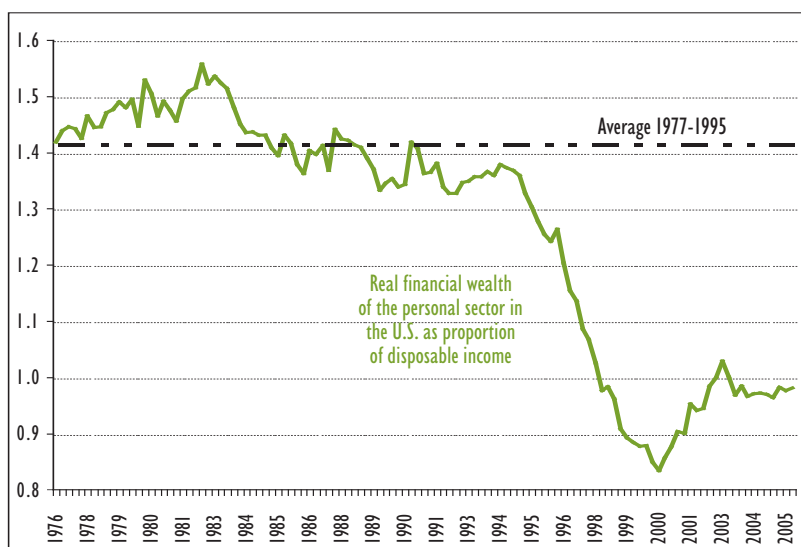
A que grau chegou a queda na acumulação de riqueza financeira em relação à renda? Pode-se fazer uma aproximação através de um gráfico da razão entre a riqueza e a renda ao longo do tempo, “controlando-a” para efeito de preços de ativos. O gráfico 14 mostra a razão entre riqueza e renda no setor domiciliar. A riqueza nominal é ajustada por um índice (ponderado) dos preços de ativos, enquanto a renda nominal é ajustada a partir de um índice de preços de bens e serviços. O numerador e o denominador são então convertidos em indicadores de “volumes”.

Durante o período de 20 anos compreendido entre 1976 e 1995, o setor doméstico manteve um estoque aproximadamente estável de riqueza financeira real em relação à renda real. Essa proporção foi de aproximadamente 1,4. A partir de 1996, entretanto, ela começou a sofrer uma queda aguda. A proporção retrocedeu com o início da ligeira recessão de 2001 porque as famílias

restauraram parcialmente sua poupança em resposta à perda substancial de riqueza financeira associada à crise do mercado de ações. Mas, como se evidencia no gráfico 14, esse ajuste permaneceu incompleto desde 2003, quando essa proporção se estagnou num nível baixo, em torno de 1. Ainda que seja uma representação reconhecidamente imperfeita do comportamento financeiro do setor doméstico, o esquema do gráfico 14 não deixa de apresentar uma persuasiva confirmação de que os padrões de gastos são, de fato, precários.

Se admitimos que a norma histórica pode ser representada pelo período de 1976-1995, quando os preços dos ativos ficaram em geral alinhados com medidas-padrão, tal como se podia prever a partir da razão entre preços e receitas ou do quociente de Tobin, o setor das famílias ia sentir-se compelido a restaurar a riqueza através do aumento de sua poupança real para aproximadamente 40% da sua renda. O conseqüente enfraquecimento da demanda agregada, na ausência de outras mudanças, precipitou uma severa recessão.

Gráfico 14: Riqueza financeira real do setor pessoal em relação à renda



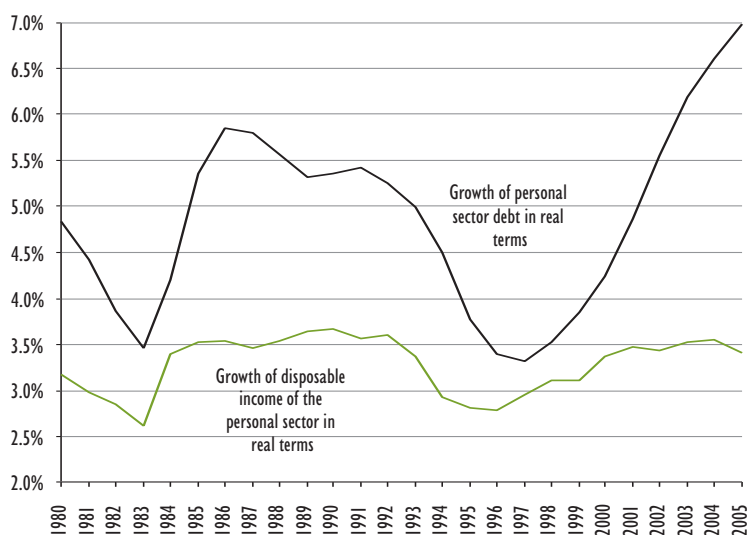
Empréstimos e a “situação do crédito”

Gastar mais do que se ganha se tornou possível graças aos empréstimos e ao acúmulo concomitante de dívidas. O nível da dívida, cujo serviço precisará advir de fluxos de renda no futuro, provavelmente mantém uma relação relativamente estável com os ganhos projetados. O gráfico 9, apresentado acima,

mostra que, em 2005, o total da dívida do setor pessoal estava 50% mais alto do que o seu nível da renda disponível.

O gráfico 15 abaixo mostra que a dívida, em termos reais, vem crescendo nos últimos dez anos a uma taxa média de 7% ao ano, duas vezes mais rápida do que o crescimento médio da receita real (3,5%, na média). O gráfico mostra que esse hiato nas taxas de crescimento vem aumentando consideravelmente. Em outras palavras, se a qualquer momento as famílias comessem a temer serem incapazes de garantir o serviço de suas dívidas atuais com sua renda projetada, procurariam aumentar sua renda real através de uma outra taxa de 3,5% (ou seja, atingindo uma taxa anual de 7%), ou reduziriam seu gasto em 3,5% ao ano. Essas opções teriam realinhado o total da dívida com o fluxo de renda.

Gráfico 15: Crescimento médio decenal do acúmulo de dívidas e da renda disponível



Essas condições implicariam a manutenção da razão entre a dívida e a riqueza no nível atual, que é um recorde. No entanto, nunca se alcançou uma taxa de crescimento sustentável de 7% ao ano da renda real disponível. O ponto mais alto a que chegou a taxa média em um período de 10 anos, nos Estados Unidos, foi 6,25% ao ano, imediatamente antes da crise do petróleo de 1973. Desde então, a taxa vem oscilando em torno de 3,5%. A conclusão inevitável dessa análise é que, tão logo os lares comecem a duvidar seriamente de sua habilidade para administrar o fardo de suas dívidas, irão diminuir os níveis de seus gastos.

Esse efeito poderia, muito provavelmente, desencadear uma virada dramática na economia, uma vez que não haveria outras fontes imediatamente disponíveis de estímulo à demanda agregada. Uma saída significativa de capitais causada, por exemplo, pela depreciação contínua do dólar americano, apenas intensificaria a desaceleração. Keynes analisou magistralmente a dinâmica interna de tal ajuste há muito tempo (ver Quadro *J.M. Keynes*).

J. M. Keynes: confiança especulativa e situação do crédito

Os processos de acumulação de riqueza e dívidas em mercados financeiros desenvolvidos foram examinados por muitos economistas. Visões pioneiras podem ser encontradas na Teoria Geral do emprego, dos juros e da moeda, de Keynes. Lorde Keynes notou que a confiança que motiva agentes a investirem e aumentarem a riqueza (o que ele chamou de “confiança especulativa”) e a se comprometerem com a acumulação de dívidas (o que ele chamou de “situação do crédito”) pode se manter alta enquanto durar a fase ascendente do ciclo econômico, de forma que “boa parte do novo investimento apresenta um retorno não insatisfatório”. Ele percebeu que essa confiança parece ser uma “condição quase essencial de uma propensão satisfatória para consumir” (TG, p. 319), o que é a base para se propelar o multiplicador da demanda. Para ele, essa situação de crença generalizada no futuro se baseia antes numa convenção do que num conhecimento preciso. O autor afirma que “a essência dessa convenção consiste em assumir que a situação dos negócios existente vai continuar indefinidamente, exceto quando tivermos razões específicas para esperar uma mudança” (idem, p. 152).

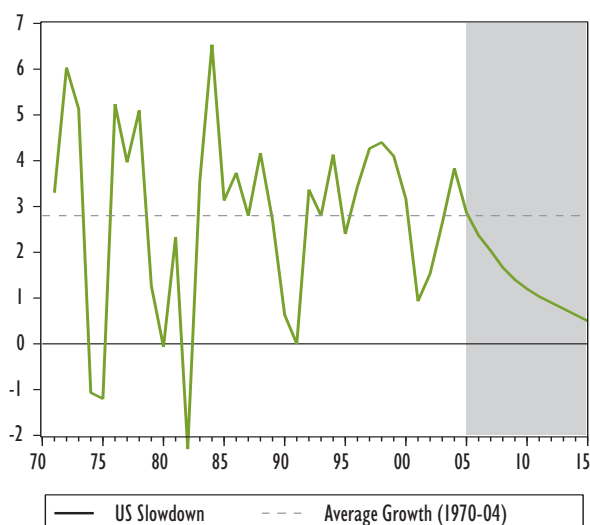
Essas proposições refletem de modo bem próximo a situação atual da economia americana e da mundial. Como evidenciado acima, elas também apontam para fatores plausíveis que podem transformar o comportamento. Tão logo os agentes econômicos percebam que a sua riqueza adquirida pode desvalorizar repentinamente em relação à renda, ou que garantir o pagamento de suas dívidas com a renda projetada pode não ser possível, sua confiança tende a evaporar-se rapidamente. Em suas “notas sobre o ciclo comercial”, Keynes sustenta que, “uma vez que a dívida surge, ela se espalha rapidamente”. Um colapso, que sempre irrompe de forma repentina e violenta, não é necessariamente acompanhado por uma ascensão brusca correspondente. Mais importante, talvez, seja o fato de que “onde quer que o enfraquecimento da confiança especulativa ou da situação do crédito seja suficiente para provocar um colapso, a recuperação requer o fortalecimento de ambos” (idem, p. 158). Em suma, se um desaquecimento ocorrer, ele provavelmente vai persistir enquanto as condições para a revitalização da confiança e para a expansão do crédito não se restabelecerem.

Passemos agora a descrever padrões que a economia americana e a mundial provavelmente adotariam se o ajuste prescrito dos gastos domésticos nos Estados Unidos se realizasse, fosse por iniciativa das próprias famílias, fosse pela falta de confiança dos investidores e o conseqüente arrocho do crédito.

A perspectiva mais provável, de acordo com o nosso modelo de comércio e renda mundiais, seria uma piora da economia. A Tabela 2, mais abaixo, apresenta como o declínio econômico afetaria os vários grupos de países. Esses resultados, que são logicamente coerentes de um ponto de vista macroeconômico global, servem para esclarecer a configuração geral e a direção das mudanças; eles não pretendem ser previsões sobre a escala do declínio e sua duração. De maneira “otimista”, presumimos que o crescimento da economia americana desacelerará progressivamente ao longo da próxima década e só atingirá taxas negativas depois de 2012.

Em qualquer caso, os Estados Unidos seriam os mais atingidos: um desaquecimento moderado se converteria numa perda de potencial de renda, passando sua taxa de crescimento anual de 3,5%, em 2005, para -0,6%, em 2015. O gráfico 16 representa a queda no crescimento econômico americano relativamente ao seu desempenho médio durante o período 1970-2004 (isto é, 2,8%).

Gráfico 16: Crescimento da renda americana



A queda no crescimento econômico americano fornece a direção para os outros resultados derivados de nosso modelo. Projeta-se que os países desenvolvidos como um todo vivenciem uma queda no crescimento de 2,5%, em

2005, para -0,7%, em 2015. Países em desenvolvimento não sofreriam recessão: seu crescimento se deterioraria, passando de 8,1%, em 2005, para 4,5%, em 2015. Esses resultados são guiados, principalmente, pelo recente impulso de crescimento na Ásia, África e Europa Central, como exportadores, seja de manufaturas, seja de produtos primários (como petróleo). A taxa de crescimento da China cairia de 9,6% para 5,8% em 10 anos — ou seja, uma queda de 40%. A desaceleração relativa da Ásia em desenvolvimento (excluindo a China) seria menos pronunciada, ficando em 29%. A África em desenvolvimento (excluindo a África do Sul) e a Europa Central seriam atingidas mais violentamente do que a Ásia: sua queda na taxa de crescimento ficaria em torno de 50%. No entanto, o golpe mais forte seria sofrido pela América em desenvolvimento, cuja taxa de crescimento declinaria de 6,7%, em 2005, para perto de zero, em 2015.

Tabela 2: Crescimento da renda no cenário de desaquecimento da economia americana

	Co-ordinated Growth			
	2001-05	2005	2006-15	2015
World	3.7	5.0	6.9	7.4
Non U.S. (rest of the world)	4.1	5.5	7.7	8.2
Developed	2.0	2.5	3.0	3.0
United States	2.4	3.5	3.0	3.0
Western Europe	1.7	2.1	3.0	3.0
Japan	1.0	0.8	3.0	3.0
Other Developed	3.3	5.1	3.2	2.8
Eastern Europe	3.8	3.9	7.5	7.5
Former USSR	7.6	10.7	8.5	8.5
Developing (D'ing)	6.0	8.1	10.6	10.6
D'ing Asia (exc.China)	5.5	7.7	11.0	11.0
China	8.9	9.6	10.0	10.0
D'ing America	3.0	6.7	10.0	10.0
D'ing Africa	5.2	7.7	12.0	12.0
Middle East	6.0	7.2	11.0	11.0

Se houvesse um declínio sustentado no crescimento dos Estados Unidos, poderia ocorrer uma recuperação de sua balança comercial. Essa reação projetada está no gráfico 17. Infelizmente, a recuperação se basearia em tendências dramaticamente adversas: uma queda abrupta da renda, aumento do desemprego,

declínio no gasto das famílias, restrição ao crédito, declínio na arrecadação do governo e erosão da riqueza. Além disso, o quadro recessivo provavelmente viria acompanhado, em parte, pelo aumento dos preços do petróleo e outras matérias-primas e pela desvalorização do dólar americano.

**Gráfico 17: Balança comercial dos Estados Unidos durante o desaceleração
(% da Renda)**



Como o déficit em conta corrente dos Estados Unidos diminuiria, os excedentes de seus principais parceiros comerciais se reduziriam. Isso teria sérias implicações, por sua vez, para os países em desenvolvimento que têm fornecido petróleo e outras matérias-primas a esses países de superávit orientado pela exportação. Os gráficos 18 e 19 mostram os padrões projetados para o déficit comercial americano e para as balanças comerciais dos outros países. No gráfico 18, o excedente comercial da Ásia (inclusive a China) declina, enquanto o recente excedente comercial da América em desenvolvimento despenca, transformando-se em déficit. A balança comercial da África oscila em torno de zero, depois de ter caído de um modesto excedente. O gráfico 19 mostra que a balança comercial da Europa Central fica perto de zero. Contudo, o excedente comercial japonês permanece alto, acima de 5% do seu PIB. Assim como para os Estados Unidos, o fator decisivo para o Japão seria antes um enfraquecimento na demanda de importações, causado por uma recessão, do que uma melhora no desempenho de suas exportações.

Gráfico 18: Balanças comerciais (% do PIB de cada bloco)

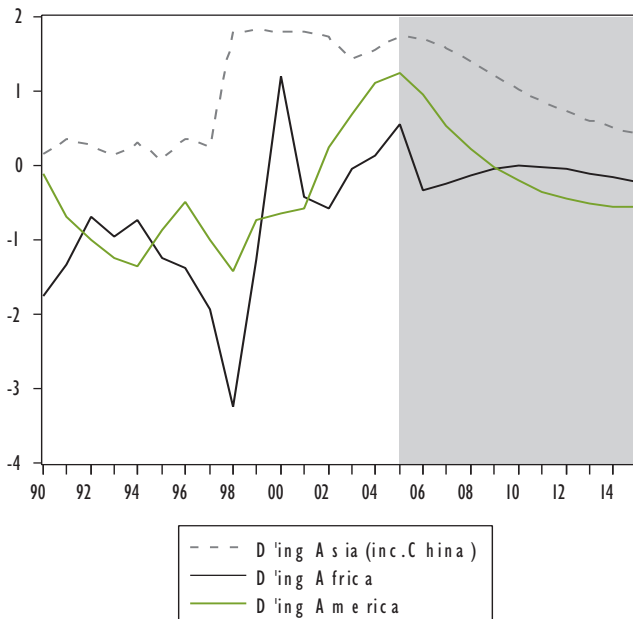
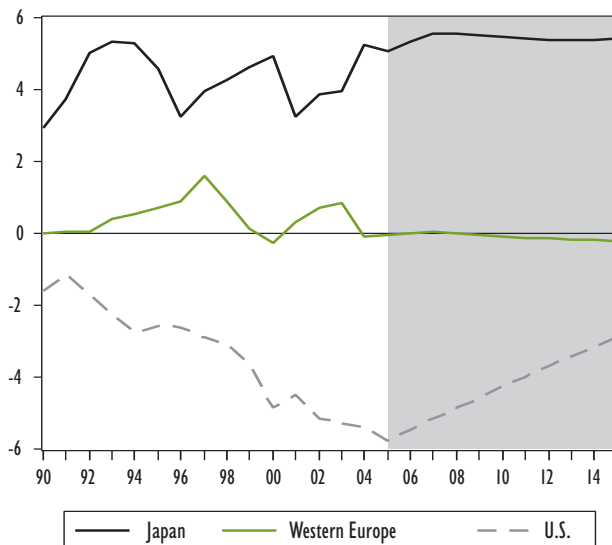
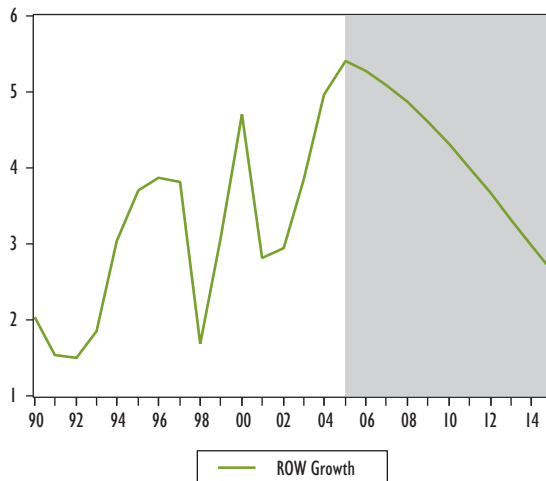


Gráfico 19: Balanças comerciais (% do PIB de cada bloco)



O Resto do mundo (RM) seria claramente afetado pelo desaquecimento americano durante os próximos 10 anos. Sua taxa de crescimento despencaria de 5,5% para 2,7%, puxada, principalmente, pelo desempenho dos países em desenvolvimento. O gráfico 20 mostra a brusca queda projetada para o crescimento do RM comparada com suas tendências nos últimos anos. Esse resultado seria acompanhado pelo agravamento do desemprego e do subemprego, pela intensificação da insegurança e pelo aumento da pobreza.

Gráfico 20: Crescimento da renda do RM com o desaquecimento americano

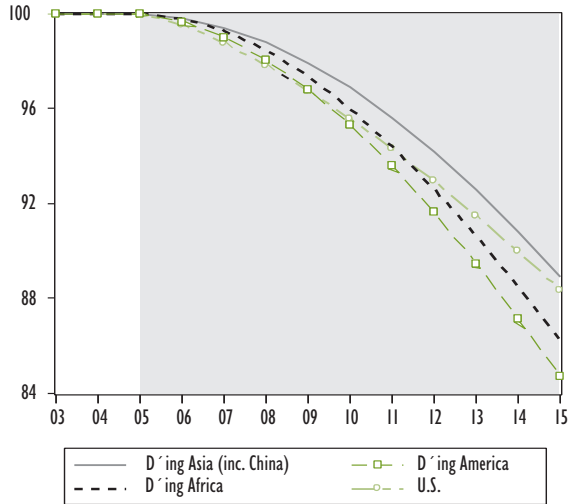


A variação das perdas relativas sofridas pelas outras regiões do mundo dependeria de seus vínculos comerciais com os Estados Unidos. Os gráficos 21 e 22 visam a mostrar as *perdas relativas*, comparando as conseqüências para cada região ou país com o crescimento que teria sido atingido na ausência dessa crise. O gráfico 21, que enfoca as regiões em desenvolvimento, mostra que a Ásia (inclusive a China) se sairia um pouco melhor do que os Estados Unidos. Já a África em desenvolvimento se sairia melhor no período de 2005-2010, mas acabaria tendo mais dificuldades de que os Estados Unidos entre 2010-2015. Comparada com outras regiões em desenvolvimento, a América em desenvolvimento é a que se sairia pior, perdendo mais de 15% de sua renda potencial (em comparação com o que seria de esperar a partir do seu padrão de crescimento).

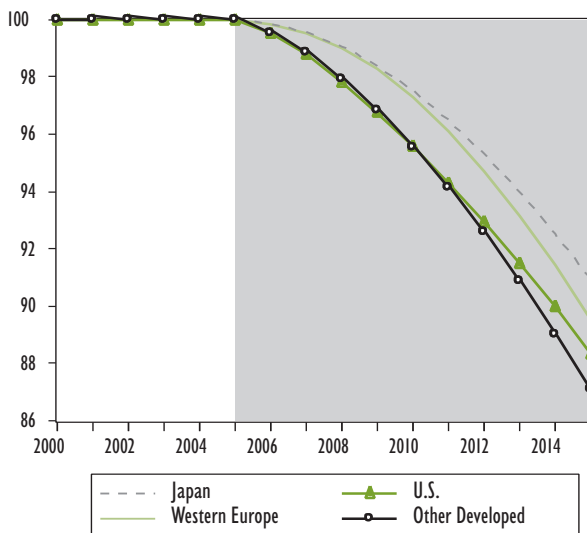
O gráfico 22 mostra que tanto o Japão quanto a Europa Ocidental se sairiam melhor do que os Estados Unidos, em comparação com a referência de sua própria tendência. O Japão perderia aproximadamente 9% de sua renda poten-

cial, enquanto a Europa Ocidental perderia mais de 10%. Mas a categoria Outros países desenvolvidos, que inclui Austrália, Canadá e Nova Zelândia, é a que mais perderia em termos relativos.

**Gráfico 21: Perda de receita para países em desenvolvimento
(% da produção potencial se não ocorresse crise)**



**Gráfico 22: Perda de receita para países desenvolvidos
(% da produção em potencial se não ocorresse crise)**



Uma vez iniciado esse movimento de desaceleração da economia americana, e sua influência espalhando-se para outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, não há mecanismos endógenos, regulados pelo mercado, que possam agir imediatamente no sentido de uma recuperação em curto prazo. Assim, um desaquecimento global provavelmente persistiria até que os agentes políticos reagissem firmemente com intervenções anti-cíclicas.

Keynes reconheceu que intervenções políticas são necessárias para prevenir ou reagir contra recessões provocadas pela depressão de “espíritos animais”. Em suas palavras, “em condições de *laissez-faire*, a prevenção de grandes flutuações no emprego pode, por isso, se mostrar impossível sem uma mudança de longo alcance na psicologia dos mercados de investimentos, a qual não há razão para se esperar. Concluo que a responsabilidade de regular o volume corrente de investimentos não pode ser deixada, com segurança, para a iniciativa privada” (Keynes, TG, p. 319). Em relação à conjuntura atual, haverá opções políticas viáveis nos níveis nacional, regional e global que poderiam melhor “regular o volume corrente de investimentos” de forma a evitar condições recessivas e alcançar um crescimento sustentável?

Cenário 3: reflexão coordenada e mudanças estruturais

Delinearemos agora um terceiro cenário que pode ajudar a reverter as desigualdades macroeconômicas globais atuais e a aumentar substancialmente a possibilidade de um crescimento global acelerado. Qualificamos esse cenário como de crescimento baseado em medidas coordenadas porque não se baseia principalmente nas forças do mercado, como é o caso para o cenário consensual de crescimento. O terceiro cenário é “tecnicamente” factível. Será necessário, contudo, um grau significativo de coordenação política entre países, tanto em nível regional como mundial.

O cenário de crescimento coordenado baseia-se em: 1) políticas macroeconômicas mais expansivas nos principais países excedentários (especialmente nos países desenvolvidos) e nos países pobres deficitários; 2) maiores investimentos nos setores industriais necessários ao crescimento nos países em desenvolvimento; e 3) maior integração comercial entre os países em desenvolvimento (o que seguiria a tendência de integração já em curso na Ásia). O sucesso de tal cenário dependeria também da implementação de medidas orquestradas para economizar energia e proteger o meio-ambiente.

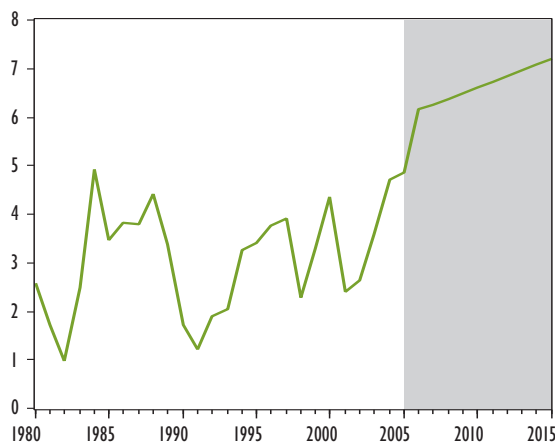
Esse cenário significa um remodelamento do padrão de crescimento mundial. Embora todos os países sejam beneficiados, os países em desenvolvimento o seriam desproporcionalmente. A idéia básica por trás desse conjunto de políticas estratégicas é criar uma situação mundial em que países em desenvolvimento com baixa renda possam alcançar taxas de crescimento econômico que lhes permitam recuperar seu atraso. Isso será possível pela diversificação de suas economias e pelo engajamento em uma integração econômica regional benéfica para todos.

São inerentes a esse cenário rupturas nos padrões de comércio e de investimento. Os países com grandes excedentes em conta corrente — e especialmente aqueles que já acumularam reservas consideráveis em divisas estrangeiras — precisarão aumentar a absorção interna sem comprometer seu crescimento ou a estabilidade econômica. Isso ajudaria a estimular o crescimento não só de suas economias, mas também, através do aumento da demanda por importação, das economias de outros países. Embora países desenvolvidos com substanciais déficits em conta corrente possam ter um crescimento mais moderado de seus gastos internos, o aumento da renda em médio prazo seria provavelmente estimulado pelo aumento da demanda por suas exportações em função do crescimento de outros países. Um aumento nos fluxos de capital em direção aos países de baixa renda é presumido, ainda que não explicitamente modelado, como parte de seu sucesso em diversificar a economia, exportar mais produtos manufaturados e acelerar o crescimento.

Aqui, pode ser útil um esclarecimento sobre a lógica macroeconômica subjacente a essa simulação. Os ajustes no modelo mundial são gerados pela demanda: é a estrutura da demanda que gera crescimento de renda. Os componentes da demanda global (como a absorção em cada bloco) dependem, por sua vez, da renda mundial, reproduzindo a dinâmica multiplicadora global no sistema fechado da economia mundial. Nesse contexto, as simulações típicas consistem em “injeções” tais como o investimento, que terá um impacto potencializado sobre a renda. Se pensarmos na renda como meta, trata-se de encontrar a medida exata da injeção (“instrumento”) que permita alcançar o nível de renda “alvejado”. Essa lógica se aproxima do sistema “meta-instrumento” proposto por Tinbergen e é inerente ao modelo Alphametrics. Ao construir esse cenário, definimos um determinado número de metas: crescimento da renda para a maior parte das regiões, demanda de energia e saldos de matérias-primas e energia. Os instrumentos principais são absorção interna e preços.

O gráfico 23 mostra o aumento do crescimento da renda global projetado pelo cenário de crescimento coordenado e as curvas de crescimento desde 1980. O crescimento global, como vemos, cresce até 7,4%, em 2015, a partir dos 5,0% de 2005.

Gráfico 23: Crescimento da renda mundial com crescimento coordenado



A Tabela 3 sintetiza os principais eixos desse cenário por grupo, região e alguns países centrais. Com esse cenário, a economia americana pode crescer de forma compatível com sua tendência de longo prazo. O motor do crescimento econômico americano mudaria, no entanto, de gastos internos, principalmente familiares, para exportações. Essa guinada para uma política exportadora corresponderia à tendência de países com grandes excedentes em conta corrente rumarem na direção de maior absorção interna. Esses últimos não perderiam crescimento na medida em que fossem capazes de relançar suas economias. Os Estados Unidos também se beneficiariam do aumento do comércio provocado pelos ganhos de renda e de produtividade em outras regiões, especialmente na América em desenvolvimento, e pelo aumento da demanda por seus produtos na Ásia.

Os outros países desenvolvidos gozariam de acelerações similares em suas taxas de crescimento. O Japão teria um aumento significativo em seu crescimento, de 0,8%, em 2005, para 3,0%, entre 2006 e 2015. O crescimento da Europa Ocidental também aumentaria, de 2,1%, em 2005, para 3,0%, no período 2006-2015. Assim, sua balança comercial tenderia a um déficit de aproximadamente dois por cento do PIB, o que permitiria que absorvessem o aumento das importações de regiões em desenvolvimento como África e Europa Oriental e, ao mesmo tempo, mantivessem o nível de suas importações da Ásia e do Oriente Médio.

Tabela 3: Crescimento da renda no cenário de crescimento coordenado

	U.S. Slowdown			
	2001-05	2005	2006-15	2015
World	3.7	5.0	3.5	2.1
Non U.S. (rest of the world)	4.1	5.5	4.2	2.7
Developed	2.0	2.5	0.8	-0.7
United States	2.4	3.5	0.6	-0.6
Western Europe	1.7	2.1	0.8	-0.7
Japan	1.0	0.8	0.4	-1.8
Other Developed	3.3	5.1	1.8	0.4
Eastern Europe	3.8	3.9	2.0	0.1
Former USSR	7.6	10.7	5.1	2.7
Developing (D'ing)	6.0	8.1	6.4	4.5
D'ing Asia (exc.China)	5.5	7.7	7.4	5.5
China	8.9	9.6	7.7	5.8
D'ing America	3.0	6.7	2.9	0.1
D'ing Africa	5.2	7.7	5.2	4.1
Middle East	6.0	7.2	4.9	3.4

Os países em desenvolvimento, como um todo, seriam os maiores beneficiários do cenário de crescimento coordenado. A taxa de crescimento média projetada para esse grupo ficaria em 10,6% para o período 2006-2015. A Ásia em desenvolvimento e o Oriente Médio devem ter um bom crescimento, alcançando uma taxa de 11%; a África em desenvolvimento deve se sair ainda melhor, com uma taxa de 12%. A taxa de crescimento da África seria assim 56% maior do que em 2005. A América em desenvolvimento e a China cresceriam, segundo nossas projeções, em um ritmo um pouco menor, a uma taxa de 10%. Essas altas taxas de crescimento seriam necessárias para que esses países começassem a recuperar seu atraso frente aos países desenvolvidos. Mas elas também seriam necessárias para ajudar a compensar esses países da estagnação em que mergulharam nos anos 1980 e no início dos anos 1990, bem como para recuperar as perdas absolutas que tiverem em parte desse período.

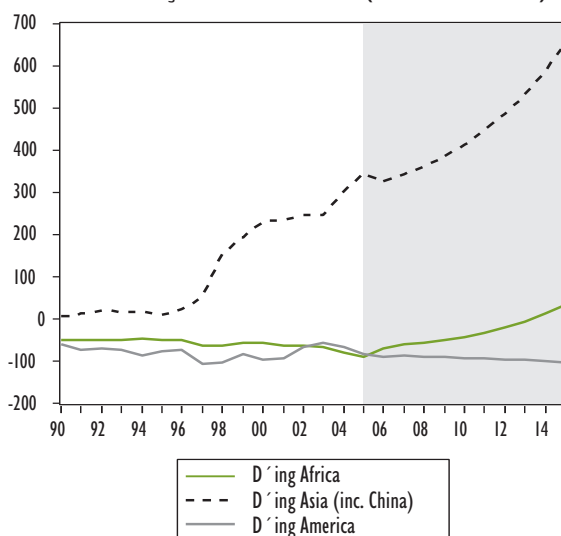
O aumento tendencial das taxas de crescimento dos países em desenvolvimento é alcançado por vários meios. A transferência real de recursos dos países desenvolvidos é parte da explicação. Espera-se que a Assistência Oficial ao Desenvolvimento contribua com essas transferências. O investimento estrangeiro privado também deve contribuir, especialmente para tirar vantagem das oportu-

nidades mais lucrativas nessas economias em crescimento. Esses fluxos de recursos seriam viabilizados, em parte, pelo fato de que a queda do déficit em conta corrente dos Estados Unidos de aproximadamente quatro pontos percentuais de seu PIB permitiria que os excedentes gerados em outros países centrais fossem canalizados para países mais pobres. A queda do déficit americano representaria, por si só, a disponibilidade em potencial da astronômica soma de US\$ 2,5 trilhões (em dólares atuais) para “redistribuição” ao longo dos próximos dez anos. Em outras palavras, a resolução dos desequilíbrios flagrantes de excedentes e déficits entre os países coincidiria com uma redistribuição mundial da renda.

O aumento no investimento e na geração de renda levaria, supõe-se, a aumento de produtividade e diversificação da produção nos países em desenvolvimento. Esses países poderiam então se libertar da dependência das importações de manufaturados e da confiança exagerada na exportação de mercadorias primárias. O gráfico 23 mostra as mudanças projetadas nas balanças comerciais de produtos manufaturados nos países em desenvolvimento da África, da América e da Ásia.

Nesse processo, os países em desenvolvimento reduziriam sua dependência de importação de manufaturados e também evitariam o aumento de sua dívida externa. Nesse cenário, supomos que as injeções de capital nos setores industriais dos países em desenvolvimento levariam sua capacidade de aumentar as exportações a um nível que se aproximaria da demanda de importações. Os resultados podem variar, claro, entre os blocos, em função de seus recursos e dos padrões históricos de desenvolvimento. Os países em desenvolvimento ricos em matérias-primas e fontes de energia não progrediriam tão rapidamente quanto os demais no aumento de suas capacidades manufatureiras porque o aumento da demanda externa por suas mercadorias sinalizaria preços que motivariam tais países a continuar concentrados nos setores primários.

Uma mudança significativa de matérias-primas para manufaturados poderia ocorrer em blocos como a África e a América em desenvolvimento. Na África, supõe-se que a balança comercial para bens manufaturados passaria de um valor negativo superior a US\$ 80 bilhões, em 2005, para um valor positivo de aproximadamente US\$40 bilhões em 2015. A balança comercial de bens manufaturados da América em desenvolvimento subiria de um déficit de US\$ 220 bilhões para um déficit de US\$90 bilhões. O saldo positivo da balança comercial da Ásia em desenvolvimento (inclusive China) aproximadamente se duplicaria, passando de US\$300 a US\$600 bilhões.

Gráfico 23: Balança de manufaturados (em bilhões de US\$)

Junto com aumentos de produtividade e maior diversificação industrial, os países em desenvolvimento aumentariam sua capacidade de investir na integração comercial Sul-Sul. Mostramos os aumentos previstos para o comércio Sul-Sul para as regiões em desenvolvimento da África, América e Ásia nos gráficos 24 a 26. Uma vez que estaria baseada no rendimento e na produtividade industriais, essa intensificação da integração comercial não teria necessariamente um impacto negativo sobre o comércio com outras regiões.

Os gráficos mostram os aumentos previstos para o comércio intra-regional bem como os aumentos para o comércio com outras regiões e países centrais (supondo-se que eles alcancem as taxas de crescimento previstas na Tabela 3). O comércio dos países em desenvolvimento com países desenvolvidos aumentaria em consequência do aumento da capacidade industrial dos últimos. Isso, por sua vez, levaria a um aumento de sua demanda por importados. Ademais, a intensificação do comércio Sul-Sul faria com que os países em desenvolvimento que vêm obtendo grandes excedentes com países desenvolvidos ganhassem com a diversificação das oportunidades de comércio. Assim, eles dependeriam menos dos mercados dos países ricos, como o enorme mercado norte-americano.

A África em desenvolvimento dirige atualmente menos de 5% de suas exportações de produtos manufaturados para seu próprio mercado regional. Pelo cenário de crescimento coordenado, essa parte subiria para mais de 25%. A

parcela das importações de bens manufaturados da Europa Ocidental e dos demais países desenvolvidos oriunda da África também aumentaria. Essa intensificação de uma integração benéfica ao crescimento daria um importante impulso ao crescimento da renda dos países de baixa renda da África. Na América em desenvolvimento, a parte das exportações de manufaturados dirigida para o mercado regional subiria de aproximadamente 13% para aproximadamente 32%. A parte de importações de manufaturados nos Estados Unidos originária da América em desenvolvimento também cresceria enormemente, de aproximadamente 15% para cerca de 40%.

A parcela das exportações de manufaturados da Ásia em desenvolvimento dirigidas para a própria região alcançaria o número impressionante de 70%, comparado a 52% hoje. No entanto, a parte do comércio de manufaturados da Ásia dirigida aos Estados Unidos se reduziria, principalmente por causa da intensificação das relações comerciais dos Estados Unidos com a América em desenvolvimento, e secundariamente porque outros países desenvolvidos importariam mais manufaturados da Ásia.

Gráfico 24: Percentuais de exportação de manufaturados da África em desenvolvimento

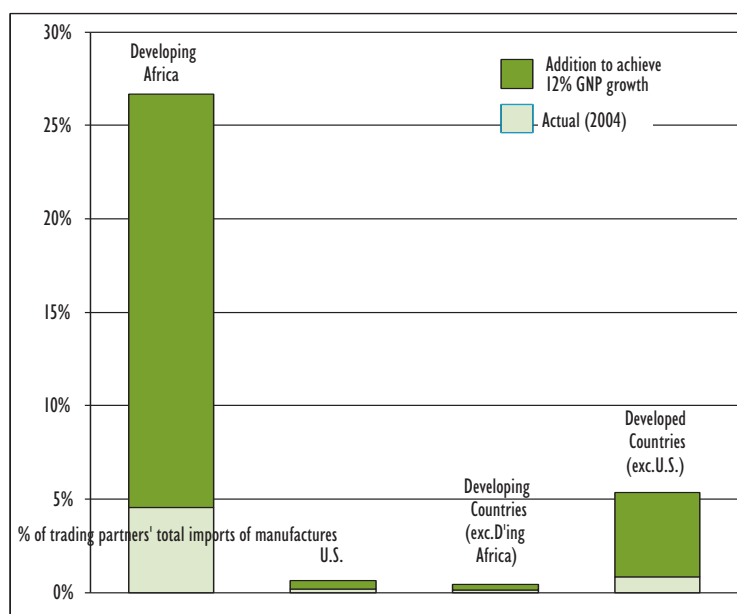


Gráfico 25: Percentuais de exportações de manufaturados, na América em desenvolvimento

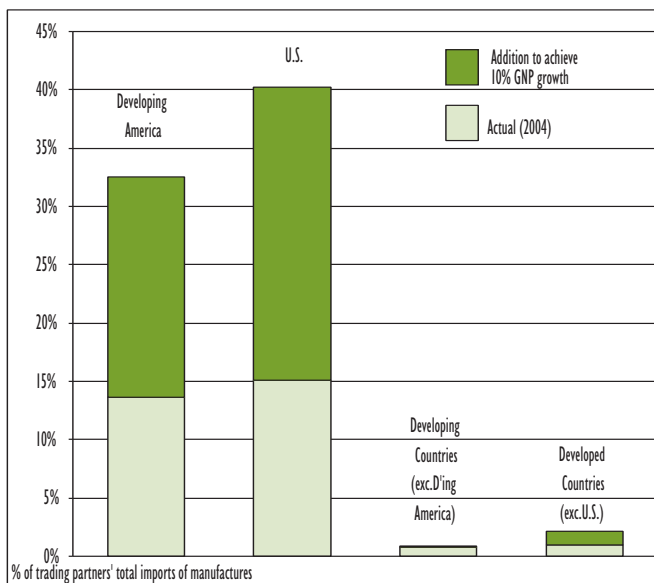
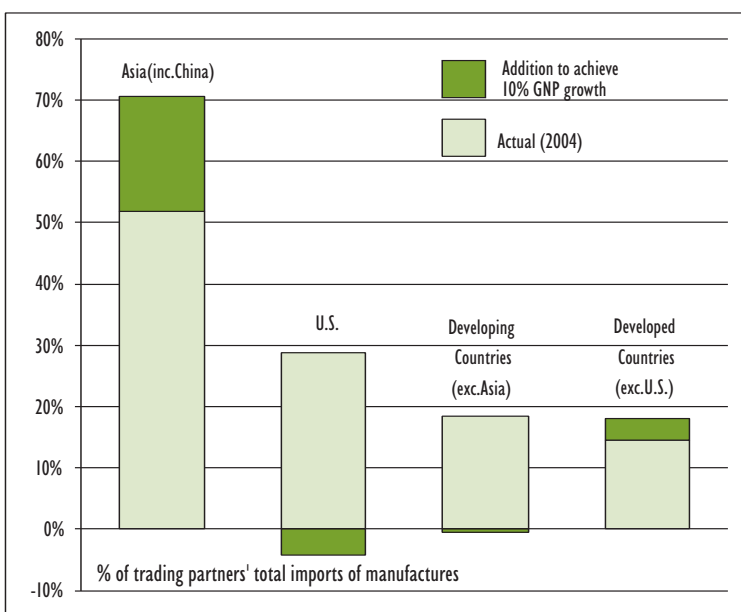


Gráfico 26: Percentuais de exportações de manufaturados, na Ásia em desenvolvimento (inclusive China)

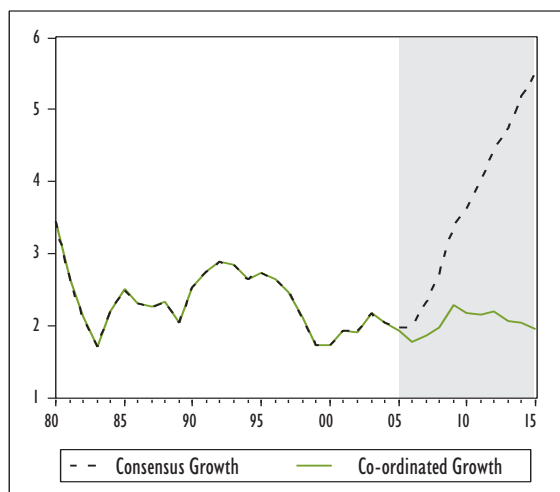


Enfrentando o problema da energia

O cenário de crescimento coordenado deve enfrentar o mesmo limite que o cenário consensual de crescimento, isto é, um crescimento inevitável dos preços da energia em função de maiores taxas de crescimento econômico. Para obter um resultado satisfatório do conjunto de reformas macroeconômicas e estruturas proposto por nosso terceiro cenário, os países teriam que empreender um importante esforço no sentido de um uso mais eficiente da energia.

Várias medidas poderiam ser instituídas para oferecer incentivo à conservação de energia. Por exemplo, uma taxa sobre o uso de energia ou cotas de energia comercializáveis, como sugerido entre as propostas da Convenção de Kyoto, poderiam formar uma parte desses incentivos. O gráfico 27 mostra duas opções contrastantes: 1) uma aceleração da taxa de crescimento da demanda de energia para aproximadamente 5,5%, o que seria necessário para o cenário de crescimento coordenado se não houver melhoria na eficiência energética; e 2) um crescimento muito menor da demanda (isto é, uma média de 1,8% em 10 anos) como resultado de melhorias significativas resultantes de medidas de economia supostas pelo cenário de crescimento coordenado.

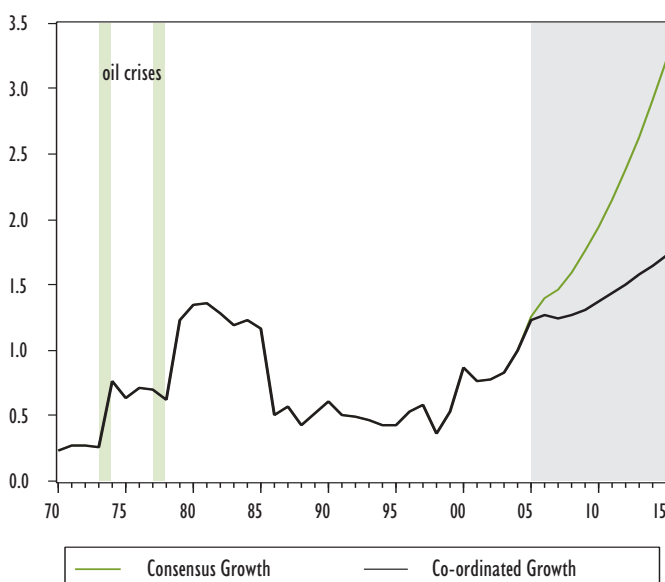
Gráfico 27: Demanda de energia
(Taxa média de crescimento em 10 anos)



Pelo cenário de crescimento coordenado, os países em desenvolvimento se beneficiariam das mudanças nos preços em dois sentidos: 1) redução dos aumentos dos preços de energia devida a avanços tecnológicos de eficiência; e 2) me-

lhores termos do intercâmbio em função da sua diversificação para os bens manufaturados. O gráfico 28 mostra a tendência projetada para os preços da energia em relação aos preços dos bens manufaturados, tanto no cenário consensual de crescimento quanto no cenário de crescimento coordenado. Em vez de subir a aproximadamente 3,2%, no primeiro cenário, o índice de preço da energia em relação ao preço de manufaturados subiria, no segundo, à razão de 1,7%.

**Gráfico 28: Índice de preços de energia
(Ajustado pelo preço de manufaturados)**



4. Conclusão

O presente trabalho discutiu três possíveis cenários para a economia mundial baseados na aplicação de um modelo para a renda e o comércio mundiais. O primeiro cenário apresentou o que chamamos de Estimativas consensuais de crescimento. No entanto, nossas estimativas sugerem que esse cenário levaria a déficits de conta corrente para a economia americana de aproximadamente 10% do PIB, em 2015. A redução da demanda agregada teria de ser compensada por aumentos nos gastos do setor público ou do setor privado da economia americana. Dado que os formuladores da política dos Estados Unidos pretendem reduzir o déficit governamental, o aumento da demanda agregada só poderia vir do setor privado. Mas as projeções propostas mostram que o investimento das empresas do setor privado cresceria a um ponto tal que a diferença entre

poupança e investimento seria só marginalmente negativa. Essa evolução seria consistente com os padrões históricos.

Assim, esse cenário teria como única fonte de estímulo para a demanda agregada o setor doméstico. Para que a economia americana mantenha seu crescimento, seria então necessário que a expansão liderada pelos gastos familiares continuasse. No entanto, os lares não continuarão indefinidamente a se endividar se sua renda líquida continuar a se reduzir. Para que seu consumo se mantenha, o valor de seus bens atuais, como títulos e habitações, deveria aumentar num ritmo irrealisticamente veloz nos próximos anos. Ou seja, os gastos dos consumidores vão inevitavelmente decair, nos Estados Unidos. Quando isso acontecer, não haverá outra fonte de demanda agregada para assumir seu papel — a menos que haja mudanças políticas importantes.

Concluimos daí que o cenário mais plausível — na ausência de políticas estruturais que visem a um reajuste da demanda agregada em nível global — é uma significativa desaceleração da economia americana. Esse é nosso segundo cenário, que supõe uma redução do crescimento americano de 3,5%, em 2005, para -0,6%, em 2015. Assim, esse cenário supõe uma gradual, mas significativa, redução da renda. No entanto, a queda poderia acontecer de modo muito mais abrupto. Nesse sentido, estamos ainda diante de um cenário “moderado”.

Ainda assim, o impacto de uma queda do crescimento nos Estados Unidos, chegando a uma recessão em 2012, teria repercussões negativas para o resto do mundo. Os mais afetados seriam os demais países desenvolvidos que têm intensas relações comerciais com os Estados Unidos. Seu crescimento se reduziria drasticamente, chegando também à recessão. Os países em desenvolvimento que alcançaram um bom ritmo de crescimento nos últimos anos também sofreriam perdas, mas não chegariam à estagnação. No entanto, suas taxas de crescimento acabariam sendo reduzidas à metade até 2015. Esse cenário levaria inevitavelmente ao aumento do subemprego, à redução da renda real e ao aumento da pobreza.

Delineamos então uma alternativa ambiciosa, mas realizável, para esse segundo cenário. Ela supõe, entretanto, a implementação de um pacote importante de intervenções políticas — isto é, medidas que dêem um novo impulso à economia mundial e que signifiquem uma substancial mudança estrutural. Chamamos esse cenário de “crescimento coordenado” porque exige um grau superior de coordenação política entre os países. Ele implicaria num redirecionamento dos fluxos globais de capital em direção aos países mais pobres

(que estão famintos de capital de investimento) de forma a obter significativos aumentos na sua renda e nos seus gastos.

Para países ricos e deficitários, como os Estados Unidos, esse cenário envolveria políticas para substituir o insustentável crescimento atual do consumo por um forte crescimento nas exportações líquidas. Para os países detentores de grandes excedentes em conta corrente, a direção oposta seria mais indicada, isto é, o incentivo a uma maior absorção interna, com o aumento resultante dos padrões de vida. O aumento do consumo interno nos países de renda alta e média que têm excedentes substituiria a perda de demanda da economia americana, e ajudaria também a absorver o aumento das exportações dos países mais pobres.

Esse cenário postula um crescimento de 3% para os países desenvolvidos até 2015, aumentando assim a taxa de 2,5% relativa a 2005. No entanto, os países em desenvolvimento alcançariam uma taxa de crescimento de 10,6% até 2015, o que ofereceria uma base sólida para o crescimento sustentável do desenvolvimento humano e para uma redução substancial da pobreza. Não seria suficiente, entretanto, redirecionar os fluxos de capital para os países mais pobres. O cenário de crescimento coordenado supõe ainda um aumento do investimento na indústria nos países em desenvolvimento, especialmente para superar sua dependência das exportações de produtos primários. O investimento na indústria, em um contexto de aumento da renda e do consumo, permitiria que esses países multiplicassem sua produtividade e eliminassem progressivamente seus déficits comerciais endêmicos. Uma parte do esforço estaria em aumentar significativamente o comércio Sul-Sul.

Tal como o cenário consensual de crescimento, o cenário de crescimento coordenado teria de confrontar as prováveis conseqüências negativas em termos de energia e meio ambiente advindas das altas taxas de crescimento, nos próximos dez anos. Para lidar com esse grande obstáculo, o cenário de crescimento coordenado supõe que o crescimento da demanda de energia possa ser reduzido a uma média de 1,8% ao ano com uma “taxa sobre o carbono” ou “cotas” de energia comercializáveis, como recomendadas pela Convenção de Kyoto. Isso moderaria significativamente os aumentos dos preços de energia e ajudaria a alcançar as taxas projetadas de crescimento visualizadas no terceiro cenário.

Embora esse terceiro cenário pareça ambicioso, consideramo-lo o único, entre os três, desejável e economicamente realizável. Se estivermos corretos na projeção de uma importante desaceleração econômica nos Estados Unidos, com efeitos

muito negativos para a economia mundial, será necessário um pacote de intervenções similar ao proposto no terceiro cenário, cremos, para acelerar e manter o crescimento econômico.

Se outros analistas propuserem alternativas ao nosso terceiro cenário, capazes de promover os mesmos objetivos, saudaremos a chance de discutir e debater as vantagens e desvantagens de tais opções políticas. Mas um ponto fundamental está claro, para nós: se o objetivo é possibilitar um crescimento global acelerado conjugado com maior equidade e sustentabilidade ambiental, não podemos imaginar um cenário otimista sem iniciativas políticas de envergadura. Não é possível imaginar que, deixando os ajustes necessários à mercê das forças de mercado mundiais, conseguiremos reformular os graves desequilíbrios macroeconômicos que desaceleram hoje o desenvolvimento econômico mundial.

Referências bibliográficas

Alphametrics Ltd. 1987. "Alphametrics Model of the World Economy", mimeografado.

Bacha, E. 1990. "A Three-Gap Model of Foreign Transfers and the GDP Growth Rate in Developing Countries", *Journal of Development Economics*, 32, pp. 279-296.

Bill, M. 2001. "Can American Recovery be Sustained?", *UBS Research Paper*, October.

Congressional Budget Office (CBO). 2006. "The Budget and Economic Outlook: Fiscal Years 2007 to 2016", January.

Cripps, F. and W. Godley. 1978. "Control of Imports as a Means to Full Employment and the Expansion of World Trade: the UK's Case". *Cambridge Journal of Economics*. Vol 2, No. 1, pp. 327-334

FitzGerald, E.V.K. and R. Vos (eds). 1989. *Financing Economic Development: A Structural Approach to Monetary Policy*. Aldershot & Brookfield: Gower.

FitzGerald, E.V.K., K. Jansen and R. Vos 1992. "External Constraints in Private Investment Decisions in Developing Countries", ISS, Haia (a ser publicado in J. W. Gunning et al. (eds.): *Trade, Aid and Development. Essays in Honor of Hans Linnemann*, MacMillan, Londres).

FitzGerald, E.V.K. 1993. *The Macroeconomics of Development Finance: A Kaleckian Analysis of the Semi-Industrialized Economy*, MacMillan Press and ISS, Nova York.

Godley, W. 1995. "U.S. Foreign Trade, the Budget Deficit, and Strategic Policy Problems A Background Brief." *Levy Economics Institute Working Paper* No. 138.

——— 1996. "Money, Finance, and National Income Determination An Integrated Approach." *Levy Economics Institute Working Paper* No. 167.

——— 1999. "Seven Unsustainable Processes. Medium-Term Prospects and Policies for the United States and the World". *Levy Economics Institute Strategic Analysis Series*, September.

——— 2000. "Interim Report: Notes on the U.S. Trade and Balance of Payments Deficits". *Levy Economics Institute Strategic Analysis Series*, December.

Godley, W. and A. Izurieta. (2001a). "The Developing U.S. Recession and Guidelines for Policy". Levy Economics Institute, October.

——— (2001b). "As the Implosion Begins?", *Levy Economics Institute Strategic Analysis Series*, June.

Godley, W., and B. Martin. 1999. "How Negative Can U.S. Saving Get". *Policy Note*, Levy Economics Institute.

Godley, W. and F. Cripps. 1983. *Macroeconomics*. Oxford University Press. Oxford.

Godley, W., and G. McCarthy. 1998. "Fiscal Policy Will Matter". *Challenge*, Vol. 41, No. 1, January/February: 38–54.

Izurieta, A. 2005. "Hazardous Inertia of Imbalances in the US and World Economy", *Economic and Political Weekly*, August.

Kaldor, N. 1939. "Speculation and Economic Stability", *The Review of Economic Studies*, Vol. 7, No. 1 (Oct., 1939), 1-27.

Kaldor, N. 1932. "A Case Against Technical Progress", *Economica*, No. 36 (May, 1932), 180-196.

Kaldor, N. 1986. "Limits on Growth", *Oxford Economic Papers*, New Series, Vol. 38, No. 2 (Jul., 1986), 187-198.

Kalecki, M. 1976. *Essays on Developing Economies*, Sussex: Harvester Press.

Keynes, J. M. (1930; reimpr.1971) *A Treatise on Money. The Pure Theory of Money*, London & New York: MacMillan & Cambridge University Press for the Royal Economic Society.

——— (1936; reimpr.1997) *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Amherst: Prometheus Books, Great Minds Series, Paperback.

Lewis, A. 1954. "Economic Development with Unlimited Supply of Labour", in Agarwala, A. and S. P. Singh (eds.) (1958) *The Economics of Underdevelopment*. Oxford: Oxford University Press.

Martin, B. 2001. "Can American Recovery Be Sustained?" UBS Research Papers. October 22.

Papadimitriou, D., A. Shaikh, C. Dos Santos and G. Zezza. 2003. "Deficits, Debts and Growth: A Reprieve but not a Pardon". *Levy Economics Institute Strategic Analysis Series*, October.

——— 2004. "Is Deficit-Financed Growth Limited?: Policies and Prospects in An Election Year". *Levy Economics Institute Strategic Analysis Series*, April.

——— 2005. "How Fragile is the U.S. Economy". *Levy Economics Institute Strategic Analysis Series*, March.

Taylor, L.(ed.) (1993) *The Rocky Road to Reform. Adjustment, Income Distribution, and Growth in the Developing World*, MIT Press, Cambridge.

U.S. Government Printing Office 2006, "Economic Report of the President", Washington D.C. February

Vos, R. 1994. *Debt and Adjustment in the World Economy: Structural Asymmetries in North-South Interactions*, London: Macmillan; em parceria com o Instituto de Estudos Sociais da Holanda.

Anexo: Blocos de Países

Europa Ocidental: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido.

Outros países desenvolvidos: África do Sul, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Israel.

China: incluindo China continental, Hong Kong e Macau.

Ásia em desenvolvimento: Oceania em desenvolvimento e antigos Estados soviéticos da Ásia central, mas exclui China: Afeganistão, Armênia, Azerbaijão, Bangladesh, Butão, Brunei Darussalam, Camboja (Kampuchea), Fiji, Geórgia, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Kiribati, República Democrática Popular da Coreia, República da Coreia, Quirguistão, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Maldivas, Mongólia.

Oriente Médio: Bahrein, Chipre, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Omã, Catar, Arábia Saudita, Síria, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.

Américas em desenvolvimento: Américas Central e do Sul, Caribe e América do Norte exceto Canadá e Estados Unidos: Antígua, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Martinica, México, Antilhas Holandesas, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

África em desenvolvimento, excluindo a África do Sul: Argélia, Angola, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, República Centro-Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurício, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Europa oriental: Estados europeus na esfera da antiga União Soviética: Albânia, Bulgária, antiga Tchecoslováquia (*República Tcheca*, Eslováquia), Hungria, Polônia, Romênia, Eslováquia (depois de 1992) e antiga Iugoslávia (*Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedônia, Sérvia e Montenegro, Kôsovo, Eslovênia*).

Antiga URSS: Antigas repúblicas da URSS localizadas geograficamente na Europa: Belarus, Estônia, Letônia, Lituânia, República da Moldávia, Federação Russa, Ucrânia.

CLAUDIO SALM. Obrigado, prof. McKinley. Se entendi bem, trata-se do renascimento das propostas keynesianas, com o que ninguém pode estar em desacordo. Passo a palavra ao embaixador do Processo de Helsinque, o dr. Rantakari, para um breve comentário a respeito desta sessão.

ILARI RANTAKARY. Do ponto de vista do Processo de Helsinque sobre Globalização e Democracia, foi muito gratificante estar aqui hoje. As contribuições que ouvimos dos conferencistas foram relevantes e ricas, enfocando as políticas extremamente importantes para a luta contra a pobreza. Gostaria de comentar brevemente o que é necessário para o futuro. Não mencionarei nada mais a respeito

do Processo de Helsinque. No Processo de Helsinque estamos muito felizes pelo fato de que o lançamento internacional do Centro Celso Furtado tenha ocorrido na Conferência de Helsinque, em setembro de 2005. O Brasil, como um país amigo de Processo, comprometeu-se a tratar da pobreza e do desenvolvimento e organizar a necessária mesa-redonda sobre esses temas, e o evento está se concretizando, pois amanhã teremos essa mesa-redonda, cujas discussões poderão levar a um plano de ação concreto, o que é nosso objetivo e nosso trabalho, feito naturalmente junto com outros participantes e atores. Portanto, no espírito do Processo, espero que esta e outras discussões pavimentem o caminho para um futuro trabalho concreto e estabeleça propostas que possam ser implementadas. Como talvez os senhores já saibam, a Tanzânia também está muito comprometida em continuar o debate sobre a pobreza e o desenvolvimento, e acolherá uma mesa-redonda a esse respeito no final deste ano. O projeto é enfocar o crescimento e o emprego, dois temas que foram tratados por muitos conferencistas aqui, como sendo os verdadeiros desafios. Este é meu rápido comentário para agradecer as ricas contribuições e para estimular essa discussão. Obrigado.

CLAUDIO SALM. Podemos aproveitar alguns minutos para um debate.

PERGUNTA DA PLATÉIA. Boa tarde, eu gostaria de ressaltar algumas coisas importantes que foram ditas aqui. Foi dito até, que eu não sabia, que a fome no Brasil acabou. Para mim foi uma surpresa. E nada foi dito aqui sobre corrupção. De que forma se poderia barrar a corrupção. Queria fazer três perguntas: quanto da nossa riqueza foi gerada por métodos corruptos, ou seja, através de corrupção? Qual o nível de corrupção nos países desenvolvidos em relação aos não desenvolvidos, e com relação aos créditos de carbono, eles poderiam ser utilizados como uma forma de redução de taxas para os países não desenvolvidos? Eu gostaria de dirigir essa pergunta à companheira da mesa, Laís.

LAÍS ABRAMO. Não sei se sou a melhor pessoa para responder essa pergunta, principalmente a segunda parte. Acho que se estamos falando aqui de consolidação de sociedades democráticas, de cidadanias inclusivas, de transparências democráticas, o combate à corrupção é uma questão central, e que isso, sem dúvida, tem a ver também com os recursos disponíveis nas sociedades para desenvolver as políticas consideradas mais adequadas para cumprir os objetivos que são comuns a todas as pessoas que falaram aqui hoje: o combate à pobreza, a redução da desigualdade social, a geração de trabalho decente. Comparar os países desenvolvidos e não desenvolvidos nesse item, não tenho dados a respeito. A

corrupção tem dois aspectos. O primeiro, talvez o mais importante, é seu efeito deletério sobre a sociedade que, como um corpo, busca democraticamente construir o seu futuro. O segundo é que a corrupção quebra pouco esse ambiente de confiança que o espaço democrático requer para produzir boas políticas.

ELVIO GASPAR. Acho que esse é o efeito mais perverso dela. Do ponto de vista quantitativo não é algo significativo, felizmente. Na última avaliação do Programa Bolsa Família, verificou-se que das 8,5 milhões de famílias atendidas, só 258 mil crianças estavam fora das salas de aulas. É algo como 3%, que não macula o projeto, não interfere no fundamental, que é o compromisso de não reproduzir a miséria no futuro, para as novas gerações. Mas não quero dizer com isso que se deva menosprezar o problema, pois ele tem um tremendo efeito político deletério. Daí a necessidade de se combater a corrupção com todas as armas, para que ela não destrua as potencialidades de construção de boas políticas e a confiança da sociedade nessas políticas.

ILARI RANTAKARI. Gostaria de dizer uma palavrinha sobre o trabalho anti-corrupção que está sendo feito no seio do Processo de Helsinque. Como se sabe, a convenção global contra corrupção foi aprovada em dezembro último, quando uma quantidade suficiente de países ratificaram esse texto das Nações Unidas. Dentro do Processo de Helsinque a anti-corrupção foi um dos importantes debates, e agora a Finlândia está preparando, entre os governos dos países amigos do Processo, um trabalho posterior e contribuindo com a preparação da primeira conferência sobre o tema, que ocorrerá em dezembro. A idéia é monitorar um mecanismo que possa ser introduzido nos países, de modo a que eles façam suas próprias avaliações sobre o estado de corrupção e lutem contra ela. Haverá também uma espécie de inspeção independente. Esse trabalho está sendo preparado de modo informal junto com os amigos do Processo, com os amigos da Convenção, com os países e também com outros atores da sociedade civil, como os do Fórum Econômico Mundial ou da Câmara de Comércio Internacional, e gente do setor de negócios. Tudo nos leva a crer que os países estão prontos para adotar ou, no mínimo, aceitar que essa inspeção (ou mecanismo de monitoramento) é necessária. Obrigado.

CLAUDIO SALM. Oxalá, embaixador... Passo a palavra a Clóvis Cavalcanti.

CLÓVIS CAVALCANTI. Gostaria de fazer um comentário a respeito do meio ambiente, porque todos os membros do painel enfatizaram a aceleração do crescimento econômico. Todos eles mencionam, nas políticas de combate à

pobreza, a necessidade do crescimento econômico. Só que a experiência mostra que o Brasil teve crescimento acelerado e a pobreza aumentou. Não há uma tendência de redução a longo prazo da pobreza através do crescimento econômico. Até porque o crescimento econômico é medido por algo que Celso Furtado denunciou como podendo produzir os mais mirabolantes efeitos quando na contabilidade nacional se omitem os custos ambientais. Há uma desigualdade ecológica na sociedade. O custo ecológico por pessoa, classe social, mostra um padrão de desigualdade enorme no mundo inteiro. Entre países e dentro de países. Querer mais crescimento econômico significa, de um lado, remover mais recursos da natureza e, de outro lado, devolver mais sujeira à natureza. Nós não podemos evitar isso. É a primeira lei da termodinâmica. Querer mais crescimento econômico significa inevitavelmente, queiramos ou não, mais degradação ambiental. O que nós precisamos é entender o processo econômico numa ótica diferente. E aí, não se trata de falar em crescimento, mas, em desenvolvimento econômico, que é diferente de crescimento. Crescimento é aumento, é expansão e desenvolvimento é transformação, evolução é progresso. Isso infelizmente não está incorporado ao vernáculo dos economistas.

CLAUDIO SALM. Sem querer abusar da minha condição de moderador, Clovis, acho que toda a mesa concordou que o crescimento é uma condição necessária mas está longe de ser suficiente. Creio que isso está de acordo com o pensamento de Celso Furtado e essa é uma questão importantíssima, pois devemos ser capazes de um crescimento mais limpo e menos destruidor. No entanto, não se descobriu ainda uma fórmula mais eficaz de combate à pobreza, seja através da criação de emprego, seja através de receitas fiscais, que o crescimento econômico, a expansão da riqueza. Se isso compromete ou não o meio ambiente, é outro assunto. Ninguém afirma que o crescimento tenha de ser feito necessariamente na base de emissões de gases de petróleo, de carvão, etc., nem com a destruição da floresta amazônica. Foi dito apenas que o crescimento é uma condição necessária, mas não suficiente. Acho que Celso Furtado assinaria embaixo.

RICARDO CARNEIRO. Sou professor da Unicamp, membro do conselho do Centro Celso Furtado, e tenho duas perguntas. A primeira, dirigida a Laís Abramo, é que, como economista, não especialista na questão social, me sinto muito desconfortável com essa discussão sobre pobreza. Minha tradição, e a tradição do pensamento latino-americano, é a de tratar da questão da desigual-

dade. Será que o conceito de trabalho decente, tal qual proposto pela OIT, pode ser uma alternativa para tratar a questão social numa abordagem mais clássica, ou seja, menos de pobreza e mais de desigualdade? Essa é a questão. A outra é para o representante da CEPAL. Observando a trajetória da economia brasileira, se ela crescesse a 4% este ano, teria crescido, ao longo dos últimos quatro anos, 3%. Isso é um dado importante. Por outro lado, se olharmos para a composição do gasto fiscal no Brasil, vemos que aumentou substantivamente o peso dos juros nesse período: 1,25 ponto percentual do PIB. O gasto social aumentou também 1,25 ponto percentual do PIB — está no último relatório da *Visão do Desenvolvimento* — e o gasto com investimento caiu cerca de meio ponto percentual do PIB. Mas o que gostaria de ouvir da mesa é a opinião sobre a sustentabilidade desse padrão. Até que ponto se pode melhorar a distribuição de renda através do gasto público, em economias que crescem muito pouco e que, além disso, têm no seu orçamento uma parte compulsória significativa, cerca de 20%, dedicada ao pagamento de juros. Ou seja, qual é a possibilidade de fazer o mínimo de Estado de bem-estar social e de redistribuir em economias constrangidas por essas cargas de juros e com taxas de crescimento muito baixas?

CLAUDIO SALM. Vamos acumular duas ou três intervenções ou perguntas e depois a mesa responde em conjunto.

EMBAIXADOR AMI MPUNGWE. Obrigado. O tema desta manhã eram as políticas que nos ajudariam a combater a pobreza no contexto da globalização. Assim, minha expectativa e, suponho, de muitos de nós, seria ouvir apresentações que enfocariam como nossos países, especialmente os em desenvolvimento, poderiam realmente agir partindo de políticas efetivas para enfrentar os desafios da globalização, bem como explorar as vastas oportunidades que a globalização também nos traz. Mas infelizmente, em um grande número de apresentações, ouvimos apenas as queixas contra a globalização ou seus aspectos mais estreitos. Estão faltando as efetivas políticas que nos ajudariam a lidar com a globalização. Por exemplo, Terry nos indicou como são inefetivos os enfoques do Consenso de Washington para enfrentar esses desafios. A questão permanece: quais são as políticas que podemos implementar nos países em desenvolvimento e que nos ajudarão a enfrentar desafios e oportunidades do mundo globalizado? A proposta da sra. Laís Abramo é a do trabalho decente e de qualidade. Todos sabemos disso, todos concordamos com a necessidade de trabalho decente e de qualidade, mas como fazer? Que políti-

cas podem gerar esse tipo de trabalho de que precisamos? Em alguns países do Sul, as pessoas estão apenas pedindo trabalho! Pouco importa se de qualidade ou decente. Portanto, o que fazer com contradições desse tipo, diante dos desafios a enfrentar? O exemplo de Élvio Gaspar, do BNDES, parece que está funcionando no Brasil, em face dos desafios do Brasil. Mas em que medida essa experiência pode ser aplicada ao resto do Sul e nos ajudar nessa luta? Creio que se pudéssemos reunir essas estratégias e políticas suscetíveis de ser aplicadas em todo o Sul, isso nos ajudaria. Tony falou de imposto e de política fiscal Muito bem, mas se criamos políticas fiscais efetivas, como não temos estratégias efetivas para enfrentar a globalização, podemos acabar vendo os recursos obtidos das taxações sendo incapazes de resolver o problema do desenvolvimento. Ontem vimos isso muito bem, no vídeo sobre Celso Furtado. Furtado consegue conferir um pensamento intelectual às estratégias apropriadas ao desenvolvimento. Portanto, a não ser que eu não tenha prestado muita atenção, saio desta sessão completamente perdido sobre o que são as políticas apropriadas que podem nos ajudar a enfrentar os desafios da globalização e as oportunidades que ela nos traz. E creio que esse esclarecimento pode nos ajudar para o nosso próximo encontro em Dar-el-Salaam, quando vamos debater as saídas para o crescimento e a pobreza, e a educação, e a geração de emprego. Obrigado.

HILDETE PEREIRA MELO. O prof. Andras, da CEPAL, falou que há uma mudança em curso na família. A idéia do pai provedor e da mãe cuidadora parece que está em extinção. Então, o que se pensou sobre o problema da maternidade? O que a CEPAL tem pensado a respeito da questão das creches enquanto políticas públicas? Em 1985 eu era do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e assinamos um protocolo com o BNDES para que todos os empréstimos tivessem a cláusula das creches nas empresas. Pergunto ao dr. Élvio: isso está sendo cumprido ou foi abandonado ao longo do tempo?

TERRY MCKINLEY. Gostaria de responder à pergunta de Ami, sobre quais são as políticas de desenvolvimento que deveríamos ter em vista para sairmos dessa pilhagem. Ou seja, que políticas econômicas os países em desenvolvimento poderiam ter implantado e não foram capazes de implantar nos últimos 15, 20, 25 anos, por causa da profusão de condicionalidades vindas das instituições financeiras internacionais? Em muitos de nossos relatórios, mesmo antes de eu ir para o International Poverty Centre, o que expusemos foi que os países de renda

baixa e mediana simplesmente não são capazes de implementar nenhuma espécie de crescimento expansionista seguindo suas políticas. O que isso significa? Significa que a política fiscal deve desempenhar o papel principal, e não a política monetária, como vemos tão freqüentemente; e isso significa especificamente investimentos públicos maiores. Se olharmos historicamente para eles vemos que, nos últimos vinte anos, estiveram em declínio. Portanto, precisamos de muito mais investimentos públicos — com foco na política fiscal — que, por meio de investimentos nas infraestruturas produtivas, estimulassem os investimentos privados. Uma vez que se iniciar essa lógica, então o país precisará de uma política monetária mais acomodatória. O problema é que a maioria dos países têm a exigência, por conta das condicionalidades, de manter as taxas de inflação entre 3% e 5%: vimos isso em todos os países que estudamos.

Essas taxas de inflação não permitem que os países, na maioria dos casos, estimulem seu crescimento econômico. Portanto precisamos posições mais flexíveis sobre as taxas de inflação, até 5%, e mesmo 10% a 15%, que são taxas de inflação moderada mas não têm nenhum efeito adverso no crescimento. Encontrem-me uma prova do contrário; não há provas de que as taxas de inflação entre 5% e 15% têm efeitos adversos no crescimento, mesmo se o esquema de condicionalidades diz que temos de manter taxas de inflação abaixo de 5%. Se você lida com a globalização, o problema dessas duas políticas expansionistas, fiscal e monetária, é ter de fazer alguma coisa com a taxa de câmbio, e alguma coisa com a conta de capital, do contrário corre o risco de ver o capital fugir da sua economia e seu câmbio se depreciar fortemente. Mas no mais das vezes isso se resume a “administrar” a taxa de câmbio, usando várias técnicas. Muitas economias agora estão sendo aconselhadas a ter uma taxa de câmbio flexível, deixando a taxa subir e descer segundo as forças do mercado.

Grande erro! Grande erro essa volatilidade da economia. Isso também significa que a sua política monetária não pode ser independente; que a sua política monetária simplesmente não tem poder para gerar crescimento. O problema com a maioria das políticas econômicas é que será normalmente usada para gerar crescimento e ao mesmo tempo manter estabilidade, e ao mesmo tempo manter estabilidade das contas externas. Não se consegue juntar todos esses objetivos num só tipo de política. É o que está acontecendo hoje. Não houve agenda de crescimento em termos de política econômica nesses últimos 20, 25 anos, como resultado do neoliberalismo. Portanto, temos que desmontar o

neoliberalismo, peça por peça, tirando-as dessas variadas intervenções políticas se quisermos fazer alguma espécie de progresso.

LAÍS ABRAMO. Duas perguntas foram dirigidas a mim: a primeira sobre a relação entre pobreza e desigualdade e a noção de trabalho decente. Eu diria que é importante relacionar a discussão da pobreza e da desigualdade. Especialmente num país como o Brasil e no continente latino-americano, que sabemos não ser o mais pobre do mundo, mas o mais desigual do mundo. Tanto no Brasil como na América Latina, a pobreza está extremamente vinculada à questão da desigualdade social. Discutir pobreza sem discutir igualdade social poderia ser um reducionismo. Nós não vamos realmente conseguir resolver a questão da pobreza, se não enfrentarmos também a questão da desigualdade social. Ainda que existam países, como o Chile democrático, que tenham conseguido uma importante redução da pobreza e manutenção de renda. No nosso caso, o grande desafio é esse: como enfrentar a questão da pobreza e da desigualdade social? Acho que a noção de trabalho decente é poderosa, pois estamos tentando demonstrar que o emprego é uma via capaz de fazer com que os benefícios do crescimento econômico realmente cheguem à maioria da população. Com isso não quero diminuir a importância de políticas sociais e das políticas dirigidas diretamente à pobreza, como no caso das políticas de transferência de renda condicionada, que concordo que têm sido extremamente importantes, e não apenas no sentido do alívio imediato da pobreza, mas de criar as condições para romper o ciclo intergeracional. Mas trabalho não é qualquer tipo de ocupação. Não é a criança vendendo chiclete no semáforo. Mas é um trabalho que tenha condições de garantir uma condição de vida digna. A noção de trabalho decente é uma noção de direitos e proteção, ao mesmo tempo, de representação e diálogo social. Nós estamos falando aqui de atores no mundo do trabalho, que devem poder se organizar coletivamente, expressar a sua voz e o seu interesse na sociedade e estabelecer mecanismos de diálogo social, para resolver os problemas e avançar. Por isso insistimos na idéia de uma agenda de trabalho decente. Evidentemente não é algo que vai ser atingido da noite para o dia. É uma proposta de desenvolvimento e melhoria das condições de vida da sociedade. Envolve desde a discussão da macroeconomia à de uma política econômica não apenas preocupada com a estabilização monetária, mas com um desenvolvimento produtivo capaz de gerar emprego.

Gostaria também de falar sobre o respeito aos direitos no mercado de trabalho. Há os aspectos mais óbvios da negação da noção do trabalho decente, como

por exemplo, o trabalho infantil, o trabalho escravo, o tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho, a discriminação. Nessa área, houve avanços importantes. A OIT lança anualmente um relatório global vinculado ao cumprimento dos direitos e princípios fundamentais no trabalho. No deste ano, pela primeira vez se detecta uma diminuição importante no trabalho infantil em nível mundial: 11% de redução no total de crianças trabalhando no mundo. Isso aconteceu muito mais na América Latina, muito menos na África, e a Ásia está no meio. O Brasil aparece como vanguarda desse movimento de redução do trabalho infantil. É a segunda vez que o Brasil aparece como bom exemplo. Ano passado foi lançado o relatório global da OIT sobre a questão do trabalho escravo e o Brasil também aparece como o país que mais avançou. Nesse sentido, a proposta de trabalho decente e de seu objetivo político tem importância porque pode desenvolver mecanismos políticos institucionais de criação de força social. Sem dúvida, a pergunta permanece: quais são essas políticas? Isso é algo que teria que ser estudado em cada país, discutido e negociado com a sociedade.

ELVIO GASPAR. Sobre a questão da obrigatoriedade de se construírem creches: avançamos muito em vários aspectos do investimento social das empresas, financiando a responsabilidade social que têm na comunidade. No caso da creche aqui, creio que virou lei. E lei não se discute. Não se trata de responsabilidade social, mas de cumprimento da legislação. Sendo lei, cumprimos. Quando não é obrigatório, também cumprimos, ajudando a financiar.

CLAUDIO SALM. Chegamos ao final, vamos ao almoço. Agradeço a presença de todos e as contribuições dos palestrantes.

